



MAKAS DA PARTICIPAÇÃO

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO EM LUANDA 2023

APOIO:

MISEREOR
IHR HILFSWERK

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Mosaiko | Instituto para a Cidadania

(NIF 5000359718)

Número de Registo: 12565/2024**Coordenação:** Handeka

Mosaiko

Colaboração e Redação: Laboratório de Ciências Sociais
e Humanidades da Universidade Católica de Angola**Paginação e Design Gráfico:** Manetov**Revisão:** Mosaiko**Fotografias:** Acervo Mosaiko**Edição:** Luanda**Data de Edição:** 2024**Gráfica:** Damer**Tiragem:** 1000**Distribuição Gratuita**

@ Mosaiko 2024

Todos os direitos reservados

Esta publicação foi possível com o apoio da MISEREOR, no âmbito do projecto “Participar, Caminhos para a Defesa dos Direitos Humanos em Angola”. O seu conteúdo é de total responsabilidade do Mosaiko | Instituto para a Cidadania e não corresponde, necessariamente, à posição do financiador.



Índice

1. Apresentação.....	4
2. Introdução.....	5
3. Metodologia.....	5
3.1. Limites do Estudo.....	7
4. A Pertinência do Estudo.....	8
4.1. Contextualização.....	9
5. O Estudo.....	12
5.1. Dados Biográficos dos Participantes.....	14
5.2. Sobre a Participação.....	19
5.3. Posicionamento Face à Actual Situação do País.....	26
6. Notas Finais.....	35
7. Conclusões e Recomendações.....	42
8. Referências.....	44
9. Anexos.....	45

MAKAS¹ DA PARTICIPAÇÃO

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO EM LUANDA 2023

APRESENTAÇÃO

O actual quadro político, social e jurídico-constitucional de Angola não garante o exercício do direito à participação na vida pública.

A história política de Angola está cheia de factos que fazem com que até hoje os cidadãos não participem. Entre outros, o facto de até agora com quase 50 anos de independência, o País ter sido governado pelo mesmo partido político, o que contribui para o défice de participação em Angola.

Nos primórdios da história da Angola independente, manifestar opinião contrária à da situação era algo que se podia pagar com a própria vida. Por exemplo, os acontecimentos de 27 de Maio de 1977 e a Sexta-feira Sangrenta marcaram o subconsciente colectivo do país e condicionaram a fruição de direitos e liberdades fundamentais, sonhados na pré-independência.

Nem o alcance da paz em 2002, muito menos a Constituição da República de Angola (CRA) de 2010, conseguiram frear este ímpeto de centralismo e autoritarismo. De facto, o modelo de concentração político-administrativa foi retomado pela CRA de 2010, dando ao titular do poder Executivo a prerrogativa de indicar os governadores provinciais, os administradores das empresas públicas, os juízes dos tribunais superiores, as chefias máximas das forças de ordem e segurança, eliminando qualquer hipótese de verdadeira participação diferente do comum receber e executar ordens. Uma realidade comprovada pelo adiamento sine die das eleições autárquicas.

Este modelo de gestão do Estado transformou o espaço público angolano num lugar de medo, onde parece que só estão a salvo os que pertencem ao partido da situação. A ascensão a cargos públicos é condicionada pela militância partidária: a participação e coordenação das comissões de moradores; o ser nomeado ou não para assumir a direcção de uma escola pública, por mais pequena que seja. Com um espaço público tão fechado, Angola está a tornar-se numa pequena ditadura.

A participação é característica basilar do sistema democrático. Um país sem espaços ou que limita os espaços de participação dos seus cidadãos, em especial, dos jovens, não é um país democrático.

O trabalho que temos em mãos é um estudo realizado pelo Mosaiko, no âmbito do projecto “Participar, Caminho para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos”, e tem como objectivo, contribuir para o aumento da participação juvenil nos processos sociais e políticos.

O Mosaiko agradece a todos os actores que intervieram na efectivação do projecto, especialmente a MISEREOR, entidade financeira, ao LAB - Laboratório de Ciências Sociais e Humanidades e à Handeka que realizaram o estudo e ainda a todas as pessoas singulares e organizações da sociedade civil que participaram, dedicaram o seu tempo para responder aos inquéritos e partilhar os seus conhecimentos.

É preciso criar um quadro normativo e espaços reais de participação de todas e todos na vida pública do país, em especial dos jovens que, por sinal, são a maior franja da população angolana.

¹Do quimbundo maka, «palavra». Um nome feminino com vários sentidos, dependendo do contexto em que é usada. Os sentidos atribuídos são: 1. conflito, discórdia, 2. assunto, questão, 3. história com fim instructivo. Porto Editora – maka no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2024-02-08 17:53:14]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/makas>

INTRODUÇÃO

O MOSAIKO – Instituto para a Cidadania está a implementar o projecto **Participação, Caminho para a Defesa dos Direitos Humanos em Angola**, cujo período de realização decorre entre Fevereiro de 2023 e Janeiro 2026 (36 meses) com o financiamento da Misereor. A sua implementação engloba cinco províncias, nomeadamente: Luanda, Uíge, Benguela, Huíla e Lunda Norte.

O objectivo geral deste projecto é o de *contribuir para a participação consciente na construção democrática e na defesa dos Direitos Humanos em Angola*. Este desdobra-se, por seu turno, nos seguintes objectivos específicos:

- *OE1: Cidadãos, líderes locais e estudantes alcançados pelo projecto aumentam o seu nível de participação no exercício da cidadania e na defesa dos Direitos Humanos.*
- *OE2: As pessoas e as comunidades vítimas de violação dos seus Direitos Humanos aumentam o seu nível de acesso à Justiça.*

Neste âmbito, o presente relatório apresenta a análise dos resultados obtidos na condução de uma pesquisa sobre Participação Social da Juventude, a qual foi conduzida em todos os municípios da província de Luanda.

A pesquisa foi desenvolvida em parceria entre a Associação Handeka e o LAB, Laboratório de Ciências Sociais da Universidade Católica de Angola e decorreu entre Agosto e Dezembro de 2023, sendo que o contrato de prestação de serviços foi celebrado entre o Mosaiko e a Handeka.

Para esta pesquisa, em particular, foram definidos os seguintes objectivos:

- a. Compreender o que os jovens entre os 15 e os 34 anos consideram ser participação
- b. Conhecer as acções de participação lideradas por jovens durante as eleições 2022 (Organização, objectivo e impacto)
- c. Conhecer como os jovens se sentem e se posicionam perante o contexto actual, na esteira da realização das eleições gerais em Agosto de 2022.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a Handeka ficou responsável pelo seguinte:

- a) Gestão financeira e contratual com a Mosaiko durante a implementação da pesquisa
- b) Aplicação do instrumento metodológico (questionário).
- c) Definir o número de inquéritos a realizar em cada um dos municípios e o tipo de amostragem.
- d) Criar as equipas de inquiridores para realizarem a totalidade dos inquéritos dentro dos prazos estabelecidos.
- e) Acompanhar diariamente os resultados dos novos inquéritos concluídos, analisar se existem alguns por invalidar e repetir.
- f) Tratar da base de dados de forma a que ela seja inteligível e facilmente utilizável por quem vá extrair dela os dados para produzir conclusões.
- g) Assegurar pagamentos a inquiridores e equipa de trabalho.

Por sua vez, o LAB foi responsável pela elaboração do questionário e respectiva análise e Relatório Final. A apresentação, debate e disseminação dos resultados é realizada por meio de um PowerPoint, o qual contará, igualmente, com o apoio da Handeka.

Elaborado pelo LAB, o questionário foi debatido e enriquecido com os contributos da Handeka (ver anexo 1) e do Mosaiko. Depois de definido, o mesmo foi introduzido pela Handeka num aplicativo (ODK Collect) que tem a vantagem de poder ser utilizado pelo inquiridor através de um smartphone. Deste modo, a base de dados online é construída automaticamente, evitando-se a necessidade de se realizar a transcrição manual de inquéritos em papel para Excel. O controlo de qualidade dos dados recolhidos foi assegurado pela Handeka.

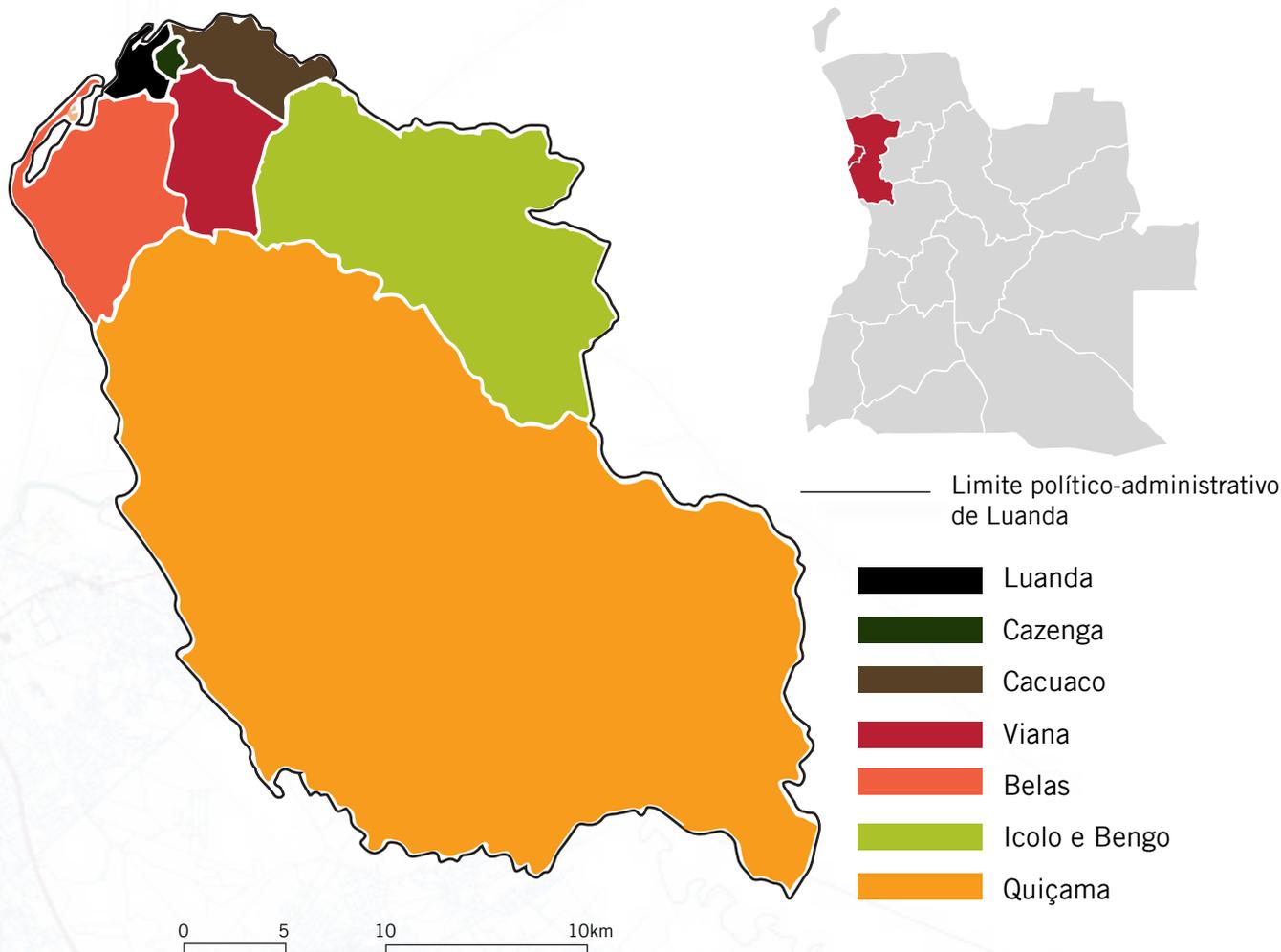
O trabalho de recolha de dados nos municípios foi realizado entre 14 de agosto e 4 de setembro de 2023, e contou com um total de 1020 jovens participantes, procurando-se sempre que possível respeitar o equilíbrio de género. Aliás, é de sublinhar que, como se observa no anexo 2, em todos os municípios foi respeitado o equilíbrio de género. Ainda do ponto de vista metodológico, foram definidas 3 faixas etárias, como se pode observar no quadro seguinte que resume as amostras por município:

		15-20 ANOS	21-26 ANOS	27-35 ANOS
Viana	231	101	69	61
Luanda	218	96	65	57
Cacuaco	155	68	46	41
Cazenga	127	56	38	33
Kilamba Kiaxi	94	41	28	25
Belas	91	40	27	24
Talatona	62	27	19	16
Icolo e Bengo	16	7	5	4
Quiçama	5	2	2	1

Esclareça-se que, do ponto de vista metodológico, as reformas da divisão política e administrativa da província constituíram um desafio. Após aprovação da Lei 18/16 “Lei da Divisão Política Administrativa”, a província de Luanda na sua extensão territorial passou a contar com 9 municípios. Porém, os limites territoriais da província não sofreram alteração, observando-se apenas uma redistribuição do espaço territorial. Esta redistribuição territorial afectou igualmente a distribuição da população residente por município. No decurso da alteração nos limites territoriais dos municípios do território da província, apenas o município da Quiçama viu o seu território inalterado. Aos municípios do Cazenga e do Icolo e Bengo foram anexadas áreas de alguns municípios limítrofes, enquanto que o município de Cacuaco cedeu e anexou território. Os municípios de Belas, Luanda e Viana são os que registaram maior alteração territorial ao cederem território, que resultaram na criação dos municípios de Talatona e Kilamba Kiaxi (INE, 2019: 25). Refira-se ainda o Decreto Presidencial N° 163/19, o qual estabeleceu uma nova categorização dos municípios, dependendo do seu grau de desenvolvimento, a saber: **(I)** Municípios do Tipo A; **(II)** Municípios do Tipo B; **(III)** Municípios do Tipo C e **(IV)** Municípios do Tipo D. Esta classificação baseia-se fundamentalmente nos seguintes critérios: **a)** Número de habitações; **b)** Densidade populacional; **c)** Nível de desenvolvimento económico e social. Todos os municípios que acolhem as sedes provinciais são considerados municípios com estrutura orgânica do Tipo A.

Para além dos critérios acima referidos, a classificação dos municípios pode ainda ter em conta a expectativa de desenvolvimento económico e social, a existência ou expectativa de implantação de projectos de grande dimensão, a localização geográfica e a importância estratégica do município (INE, 2019).

OS MUNICÍPIOS DE LUANDA: UMA VISÃO GLOBAL



Limites do Estudo

Apesar de termos trabalhado essencialmente com a mesma equipa que foi formada para o período das eleições de 2022, tendo realizado 8 exercícios de sondagem pré-eleitoral e, um inquérito pós-eleitoral com cerca de uma centena de questões, múltiplos deslizes no cumprimento das regras elementares de aleatoriedade foram cometidos, o que redundou na anulação e posterior repetição de cerca de uma centena de inquéritos. Esses erros incluíam, por exemplo, os inquéritos grupais (mais de uma pessoa inquirida no mesmo grupo de pessoas), ou o desrespeito pelo critério de contagem entre o último inquirido e o seguinte. Por termos trabalhado com um sistema digital que permitia saber as coordenadas (quase exactas) e a hora em que o inquiridor começava e concluía cada um dos seus inquéritos, pudemos fazer análises pormenorizadas e detectar eventuais erros com maior facilidade. Somos de opinião que o uso das tecnologias modernas acarreta mais vantagens do que desvantagens, diminuindo a necessidade do investimento em tinteiros, papel, bem como a probabilidade do erro humano e a capacidade de o verificar e corrigir praticamente em tempo real.

A PERTINÊNCIA DO ESTUDO

Esta pesquisa pretende aferir o grau de conhecimento e o posicionamento da juventude angolana relativamente a matérias de participação cidadã e direitos humanos.

A mesma parte do pressuposto seguinte: para que a consciencialização tenha um efeito real e palpável na vida dos cidadãos é indispensável que estes desenvolvam competências e habilidades em literacia sobre questões e assuntos relacionados com os direitos humanos. Daí advém a problematização crítica dos discursos e conceitos que moldam a visão sobre os direitos humanos, como é o caso dos conceitos de cidadania e de participação. Ou seja, a consciencialização crítica do que os direitos humanos significam e implicam na prática, é indispensável para que os cidadãos, quer na esfera da sociedade, quer na esfera do Estado, quer na esfera do mercado, se assumam como actores da cultura de defesa dos direitos humanos e dos valores e princípios que lhe estão subjacentes, como os valores e princípios da liberdade, da dignidade, da justiça, do desenvolvimento e da democracia.

Em democracia, os direitos humanos são indissociáveis da cidadania. Tanto a democracia como os direitos humanos têm maiores possibilidades de afirmação e consolidação quando a cidadania é exercida activamente. Na realidade, e numa democracia, os agentes históricos da transformação e os guardiões dos direitos humanos são, em primeira e última instância, as cidadãs e os cidadãos.

A capacidade de intervir em defesa de um Futuro de Bem para Todos pressupõe Cidadania. Mas uma Cidadania que se preocupa, que se mobiliza, que age. E esta Cidadania activa implica Participação. E a Participação pressupõe a instituição e o acesso e uso efectivo, e universal, dos diversos tipos de direitos, como por exemplo, e entre outros:

- De liberdade de pensamento e de expressão;
- De acesso à informação,
- De imprensa livre e de condições de acesso a uma comunicação isenta;
- De liberdade de associação e de reunião;
- De protecção da intimidade e da privacidade, e da integridade pessoal;
- De liberdade de ir e vir, de usar os espaços públicos, e se manifestar;
- De pedir contas sobre a gestão de assuntos públicos pelos poderes instituídos.

A criação destes espaços / oportunidades de participação, aos diversos níveis e sobre os mais diversos assuntos de interesse público, permite reforçar a democracia pela prática reiterada, pela percepção dos resultados pelos que nela participam, porque estimula o desafio à lógica dominante, porque amplia os espaços públicos através da diversificação dos actores, dos temas e dos discursos, porque promove oportunidades para a troca de informações, de experiências e de conhecimentos, permitindo uma compreensão mais ampla dos problemas e uma melhor identificação das possíveis soluções para os mesmos.

Mas para isso, é preciso vencer as resistências à participação que ainda prevalecem, não só por parte do Estado, mas também por parte dos cidadãos. Assim, a Educação para os Direitos Humanos, é aqui entendida enquanto processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção colectiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- e) fortalecimento de práticas individuais e sociais tendentes a gerar acções e iniciativas de promoção, de protecção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

Em suma, a participação cidadã deve ser implementada aos diversos níveis, das comunidades aos órgãos de decisão política, passando pelos serviços, pelas empresas, pelas escolas, no campo e na cidade. Deve mobilizar as pessoas, a estes níveis, para participar num processo activo de identificação dos problemas dos seus contextos específicos, e nas formas de os resolver.

Contudo, tal como a cidadania não existe sem civilidade e direitos humanos, os direitos humanos não proliferam onde a cidadania é incipiente e onde, ao invés de uma cultura de civilidade como âncora de uma paz sustentável com futuro, subsiste uma cultura do medo e da violência(s), imposta e reproduzida por poderes autoritários e políticas assentes na desigualdade e na exclusão, entre outros factores. Como se verá a seguir, este é, infelizmente, o sumário daquilo que os indicadores de desenvolvimento humano e social comunicam sobre Angola.

CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com os dados oficiais, em 2023, a população angolana totaliza 33 milhões. A maior parte é do sexo feminino (51,17%), vive em contexto urbano (63,5%) e é jovem: cerca de 65% dos angolanos têm menos de 25 anos.

Os indicadores sociais e económicos mais recentes revelam um retrato sombrio. Na verdade, de 2002 a 2017, a média do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) não ultrapassou 0,495, o que significa que Angola tem lugar cativo na categoria de Países de Desenvolvimento Humano Baixo. Para além disso, em 2022, o IDH alertou para a queda da esperança de vida que tinha vindo a subir desde o fim da guerra civil, em 2002. Assim, se, em 2019, a esperança de vida se situava em 62,4 anos, em 2021/22 passou para 61,6 anos. O indicador revela também o nível extremamente baixo da escolaridade em Angola: a média da escolaridade é de 5,4 anos, menos do que o ensino primário. Em termos de analfabetismo, 24% da população com idades superiores a 15 anos não sabe ler nem escrever. De modo similar, medindo a desigualdade na distribuição da riqueza, o índice de Gini pontuava Angola com 0,513, situando o país na posição 143 de uma lista de 153 países.

Obviamente que tudo isto se reflecte na vida das cidadãs e cidadãos. A taxa de mortalidade infantil, por exemplo, situa-se em 44%. A malnutrição crónica e moderada continua muito elevada (32% nas áreas urbanas e 46% das zonas rurais). Já os dados do Afrobarómetro, relativos a 2022, revelavam que a pobreza extrema cresceu de 35% para 44% entre 2019 e 2022. No meio rural, esta percentagem atinge 63% da população.

Publicado em 2020 pelo INE, o Índice de Pobreza Multidimensional de Angola (IPM - A)¹, complementa os índices de pobreza monetária e permite identificar quem sofre múltiplas privações simultaneamente, bem como conhecer as privações vividas pelas angolanas e angolanos.

Sumariamente, este relatório concluiu globalmente que «a incidência da pobreza em Angola é de 40,6%, o que significa que cerca de 41, em cada 100, angolanos têm um nível de consumo abaixo da linha da pobreza, estimada em Kz. 12.181 por mês» (2020: 15). Ao mesmo tempo que providenciava outras informações relevantes: «A taxa de incidência da pobreza multidimensional na área rural (87,8%) é mais que o dobro da taxa de incidência na área urbana (35,0%). Além disso, constata-se que as províncias mais pobres exibem, não apenas uma maior proporção da população que vive em pobreza multidimensional, mas também uma elevada intensidade da pobreza. As províncias do Bié, Cunene, Lunda Norte, Moxico, Cuando Cubango, Uíge, Huíla, Cuanza sul e Huambo apresentam uma taxa de incidência da pobreza superior a 70%. Ao passo que a província de Luanda apresenta a menor taxa de incidência da pobreza, com 23,7%» (202: 12-13).

Por seu turno, publicado no ano anterior, o Índice Multidimensional de Pobreza por Município (IPM-M), mostra as múltiplas privações que afectam a população em termos de saúde, educação, qualidade da habitação e emprego para cada um dos 164 municípios de Angola.

Neste sentido, o IPM-M permite medir os desafios que cada município enfrenta em relação a seu processo de desenvolvimento, combinando a proporção da população que vive na pobreza e a intensidade da pobreza sofrida por pessoas multidimensionalmente pobres. Globalmente, «Os resultados das estimativas municipais para o IPM-M, bem como da incidência da pobreza e intensidade da pobreza, mostram que 65 dos 164 municípios apresentam uma incidência de pobreza acima de 90%, ou seja, pelo menos 9 em cada 10 pessoas nestes municípios são multidimensionalmente pobres» (INE, 2019: 31).

Foque-se o caso da província de Luanda. Actualmente, Luanda concentra 27,4% da população, o que corresponde a 9.079.811 habitantes, e detém a menor taxa de incidência de pobreza (23,7%).

Observe-se a seguinte tabela:

Municípios de Luanda	IPM-M	Contribuição de Pobres	Quartil
Cazenga	0,30	0,555	1
Luanda	0,029	0,646	1
Belas	0,160	0,667	1
Talatona	0,073	0,799	1
Kilamba Kiaxi	0,058	0,821	1
Cacuaco	0,150	1,967	1
Viana	0,091	2,194	1
Quiçama	0,435	0,138	2
Icolo e Bengo	0,383	0,458	2

¹ Consultar: <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/Ng%3D%3D>

A leitura da tabela revela que os municípios que constituem a província se situam no “1º” e no “2º” quintil, o que, como referido, significa que são dos menos pobres do país².

Já no que diz respeito a Luanda, destaque-se o município do Cazenga que possui o segundo valor mais baixo do IPM-M do país (0,30), uma incidência de cerca de 7% e uma Intensidade de cerca de 44% o que significa que os pobres sofrem em média 44% de privações dos indicadores seleccionados. Viana concentra 2,2% da população multidimensionalmente pobre do país. O município com o IPM-M mais elevado é Quiçama (0,435) e o município de Luanda, por contraste, tem o IPM-M mais baixo de todo o país (0,029). Estes valores mais baixos prendem-se, por sua vez, com o total populacional de cada um dos municípios. Do conjunto dos municípios que integram a província, só Quiçama tem menos de 50 mil habitantes. Belas e Icolo e Bengo têm uma população que se situa entre os 50 000 e os 500 000 habitantes. Os restantes municípios (Luanda, Cazenga, Kilamba Kiaxi, Talatona, Viana e Cacuaco) têm mais de 500 000 habitantes.

A tabela seguinte permite avaliar a incidência e a intensidade da pobreza nos municípios da província de Luanda.

Municípios de Luanda	Incidência da pobreza	Intensidade da pobreza
Luanda	6,6%	43,5%
Cazenga	70,0%	54,6%
Kilamba Kiaxi	75,2%	57,8%
Talatona	31,2%	48,1%
Viana	6,9%	43,6%
Cacuaco	19,3%	46,9%
Belas	32,4%	49,9%
Icolo e Bengo	13,3%	43,3%
Quiçama	16,0%	45,9%

Fonte: INE, 2019. Adaptado.

De um modo sumário, os municípios com maior incidência da pobreza são o Kilamba Kiaxi (75,2%), Cazenga (70%) e Talatona (32,4%) – todos de perfil urbano. Observa-se ainda que, em todos os municípios de Luanda, se registam taxas de intensidade da pobreza próximas dos 50%. Estes são dados de extrema importância para caracterizar os desafios a enfrentar pela população em geral, e pela juventude, em particular.

² Por exemplo, segundo a mesma fonte, o município do Curoca na província do Cunene apresenta uma incidência de pobreza multidimensional de cerca de 98%, ou seja, 98 em cada 100 pessoas neste município é multidimensionalmente pobre. No município de Marimba, da província de Malanje, quase a totalidade da população (99,7%) é multidimensionalmente pobre. Estes municípios têm uma Intensidade de pobreza multidimensional elevada. Por exemplo, no município de Marimba, a população pobre sofre, em média, 67,46% das privações possíveis. Embora não exista necessariamente uma correspondência exacta entre a Incidência e a Intensidade da pobreza multidimensional, observa-se que no município do Curoca na província do Cunene, quase a totalidade da população vive em pobreza multidimensional (98%), mas com uma Intensidade significativamente maior (77,20%).

Simultaneamente, vivendo recessões económicas sucessivas, o rendimento dos angolanos tem decaído de maneira constante e abrupta. Em 2015, estimava-se que o rendimento per capita se situasse em USD 7.652; já em 2021-22, o mesmo diminuiu para USD 5.466. Ademais, o peso da economia informal continua a ser esmagador. Segundo o INE, o sector informal da economia tem um peso de 80% e dele vivem 8.6 milhões de pessoas. Já o desemprego afecta particularmente as camadas mais jovens. Em final de Dezembro de 2022 existiam em Angola 4.921.440 pessoas sem emprego e que estavam disponíveis para trabalhar, dos quais 2.997.238 eram jovens entre os 15 e os 24 anos, tal como indicavam os dados do Inquérito sobre o Emprego em Angola (IEA) referentes ao IV trimestre de 2022, publicado pelo INE. Entretanto, um Estudo do Banco Mundial tornado público em fevereiro de 2023, indicava que 22% dos jovens estavam desempregados, o que foi considerado uma “ameaça à estabilidade econômica e social futura” do país, alertando ainda que a maioria dos empregos criados eram de ‘baixa qualidade’³. Não será, portanto, de admirar que o Índice da Fome de 2022, tenha classificado a situação de Angola como grave, tendo o país obtido apenas 25,9 pontos.

Do ponto de vista político, as notícias estão longe de ser melhores. O Índice de Democracia classificou, em 2022, Angola como um Regime Autoritário, atribuindo-lhe 3,96 pontos; a Freedom House, no mesmo ano, qualificou o país como sendo ‘Não Livre’ e a Transparência Internacional revelou, através do Índice de Percepção de Corrupção, o baixo nível de transparência do país, ‘30 pontos’.

Instituições em clara crise de legitimidade e em franco processo de descredibilização acelerada, uma separação de poderes como um mero simulacro que perde qualidades a cada dia que passa, a construção de narrativas oficiais que se ambicionam universais e unívocas, mas que pecam por imaginárias, juntamente com a profunda crise social e económica, são hoje o contexto de existência da juventude angolana. Quais são os seus entendimentos e posicionamentos?

O ESTUDO

Este estudo contou com a participação de 1020 cidadãos e cidadãs com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e abrangeu os 9 municípios de Luanda.

O questionário que serviu de base a este estudo, cujos resultados passamos a apresentar, foi organizado em 3 secções temáticas: **(I)** Dados biográficos; **(II)** Sobre a participação e **(III)** Posicionamento face à actual situação do país.



³ Relatório sobre Emprego Juvenil em Angola: Oportunidades, Desafios e Orientação de Políticas Públicas, elaborado pelo Banco Mundial (BM) e apresentado em 15 de fevereiro de 2023, em Luanda



**DADOS BIOGRÁFICOS
DOS PARTICIPANTES**

MO
MO
MO

IFP PARA O SUACADO COM OS ESTUDANTES DO ISEA

QUESTIONÁRIO PARA O TÁMULO EM CURSO

Para melhor entender a importância da qualidade de ensino, os alunos do Instituto Plasmone, ao longo do período de observação de campo, se envolverão em 1. Coleta de dados de campo.

1. Coleta de dados de campo

a) Caracterização dos participantes, através de questionários, entrevistas e observações.

b) Caracterização do contexto institucional, cultural, social e pedagógico.

2. Análise de dados e discussão dos resultados.

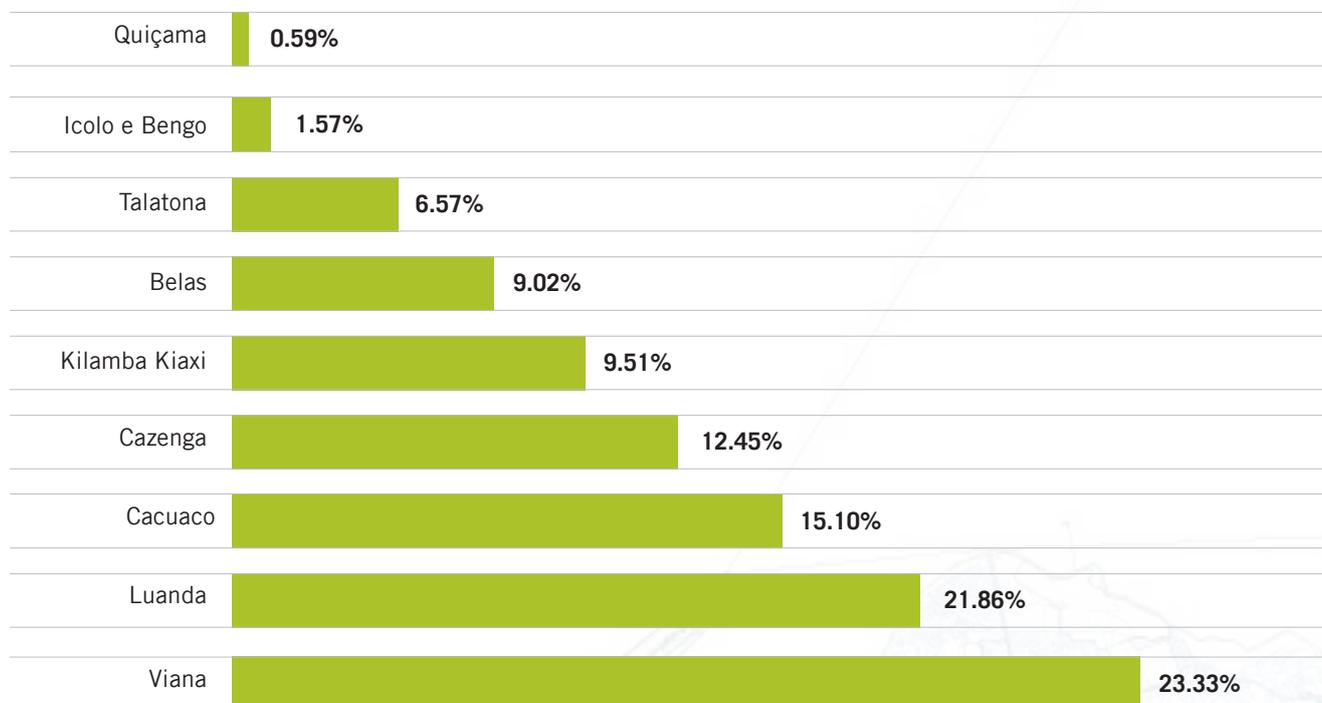
3. Elaboração de um relatório final.

Nome	Idade	Sexo	Matrícula
1. []	[]	[]	[]
2. []	[]	[]	[]
3. []	[]	[]	[]
4. []	[]	[]	[]
5. []	[]	[]	[]
6. []	[]	[]	[]
7. []	[]	[]	[]
8. []	[]	[]	[]
9. []	[]	[]	[]
10. []	[]	[]	[]
11. []	[]	[]	[]
12. []	[]	[]	[]
13. []	[]	[]	[]
14. []	[]	[]	[]
15. []	[]	[]	[]
16. []	[]	[]	[]
17. []	[]	[]	[]
18. []	[]	[]	[]
19. []	[]	[]	[]
20. []	[]	[]	[]

Dados Biográficos dos Participantes

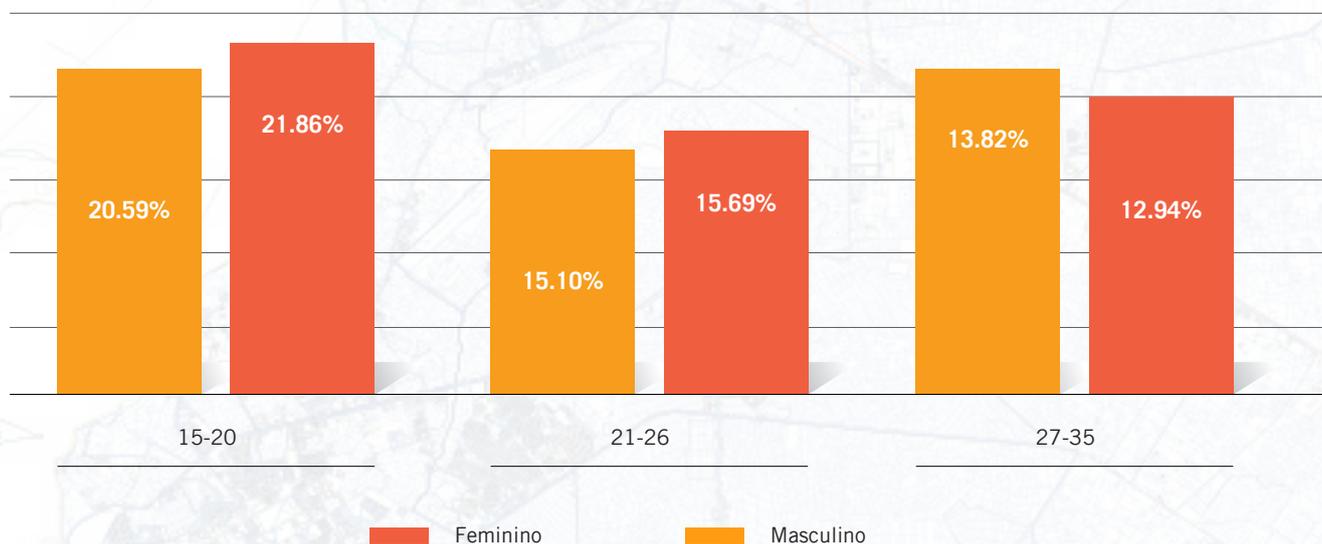
Como se pode observar no gráfico 1, os municípios com maior peso em termos de participação foram Viana (23,33%), Luanda (21,86%) e Cacuaco (15,10%). Já os que tiveram menos peso foram os municípios da Quiçama (0,59%), Icolo e Bengo (1,57%) e Talatona (6,75%).

INQUÉRITOS POR MUNICÍPIO



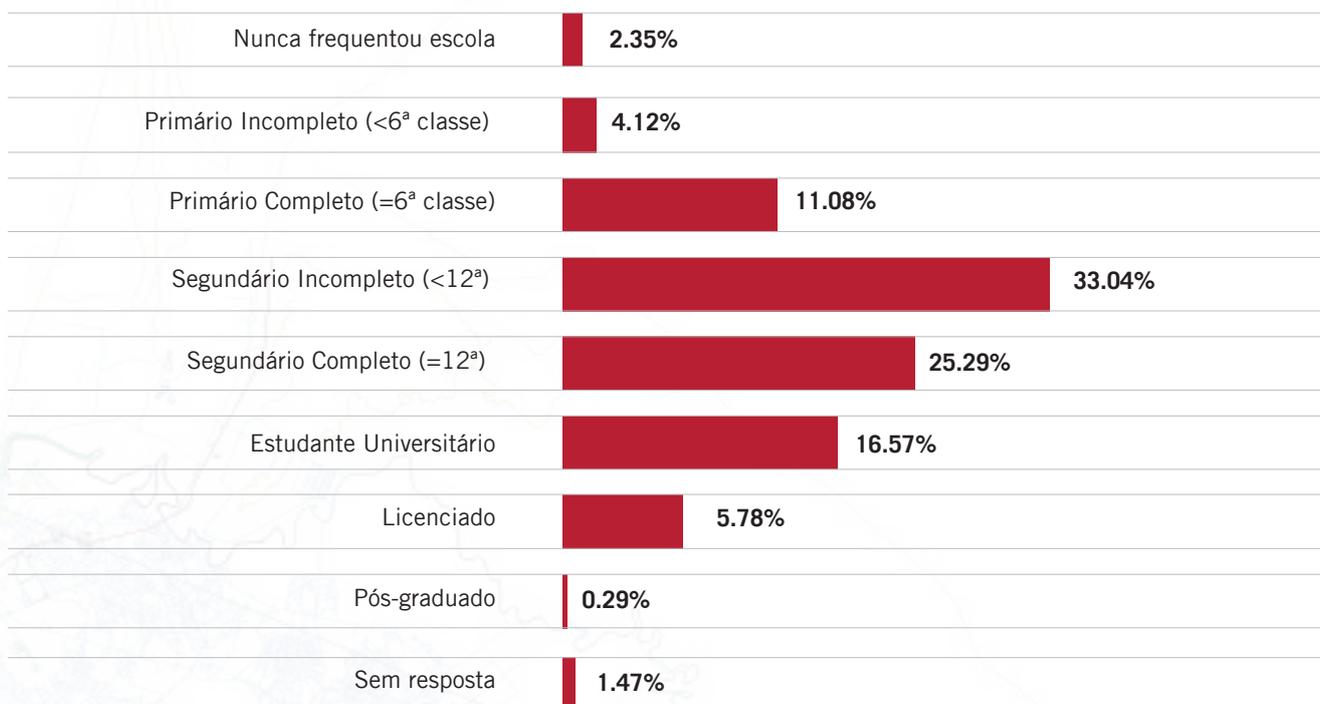
Nas faixas etárias consideradas, obteve-se um muito positivo equilíbrio de género, como se pode ver no gráfico 2. No total, participaram no estudo 505 homens e 515 mulheres. A participação das mulheres foi proporcional à dos homens em todos os municípios analisados.

INQUERIDOS POR GÉNERO E GRUPO ETÁRIO



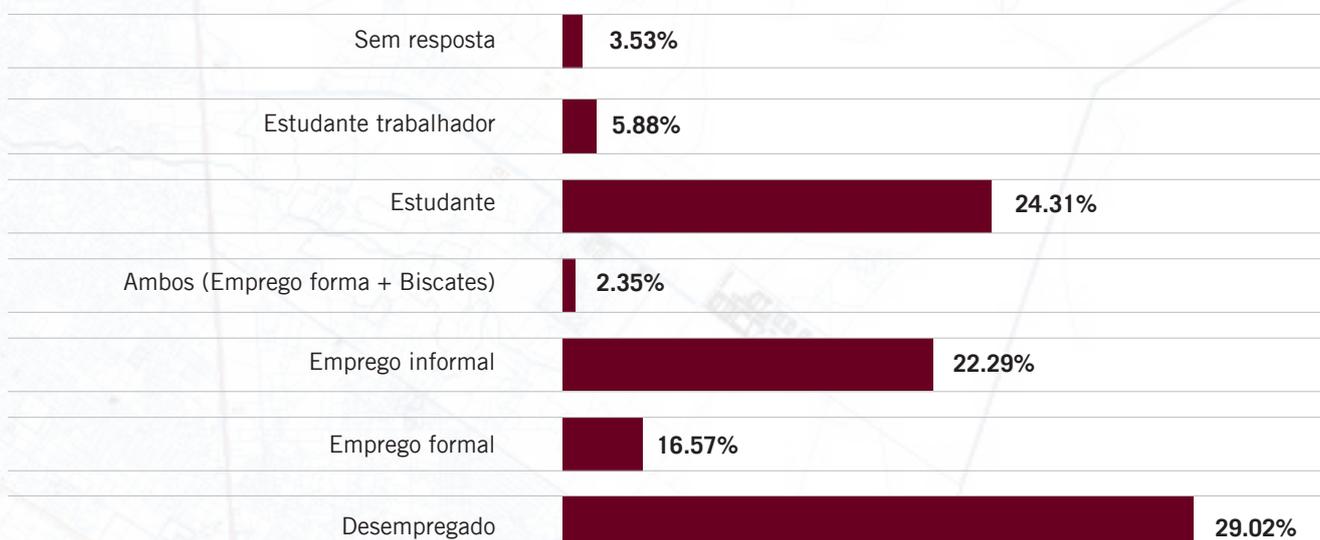
Em termos do perfil de habilitações dos participantes, é de destacar que apenas 5,78% declarou ser licenciado/a, que somente 25,29% afirmou ter completado o ensino secundário e que uns escassos 11,08% disse ter o ensino primário completo. Na verdade, isto implica que, para o conjunto dos municípios, o nível de habilitações dos participantes é bastante baixo: 2,35% nunca frequentou a escola, 4,12% tem o ensino primário incompleto e 33,04% tem o ensino secundário também incompleto, o que perfaz 39,51% da amostra.

INQUÉRITOS POR MUNICÍPIO

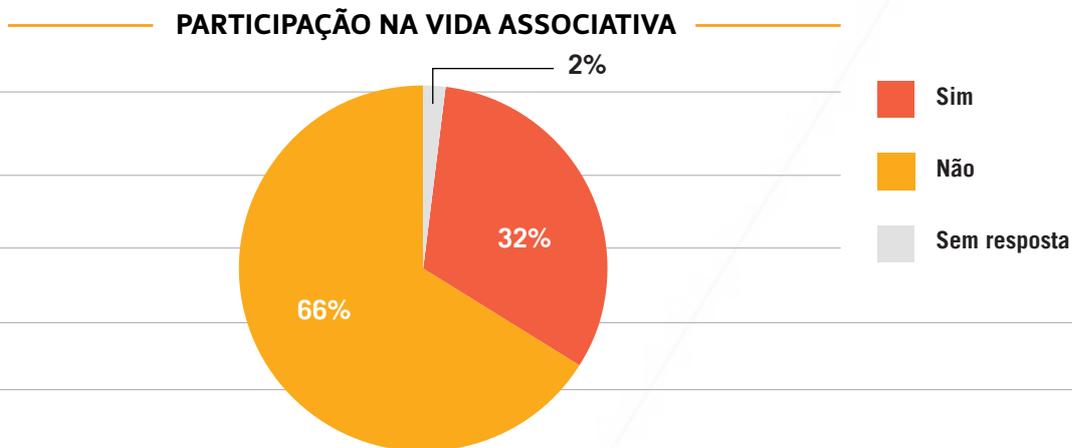


Como referido anteriormente, o peso da economia informal ascende a 80% e o gráfico 4 reflecte esta realidade: apenas 12,55% dos inquiridos declarou ter emprego formal e somente 2,35% informou ter um emprego formal, complementando os rendimentos com biscates vários. Um total de 22,35% informou trabalhar no sector informal e 29,02% indicou estar desempregado. Aqueles que se apresentaram como estudantes ascendem a 24,31% e os que indicaram ser trabalhador-estudante totalizaram quase 6% da amostra.

EMPREGO

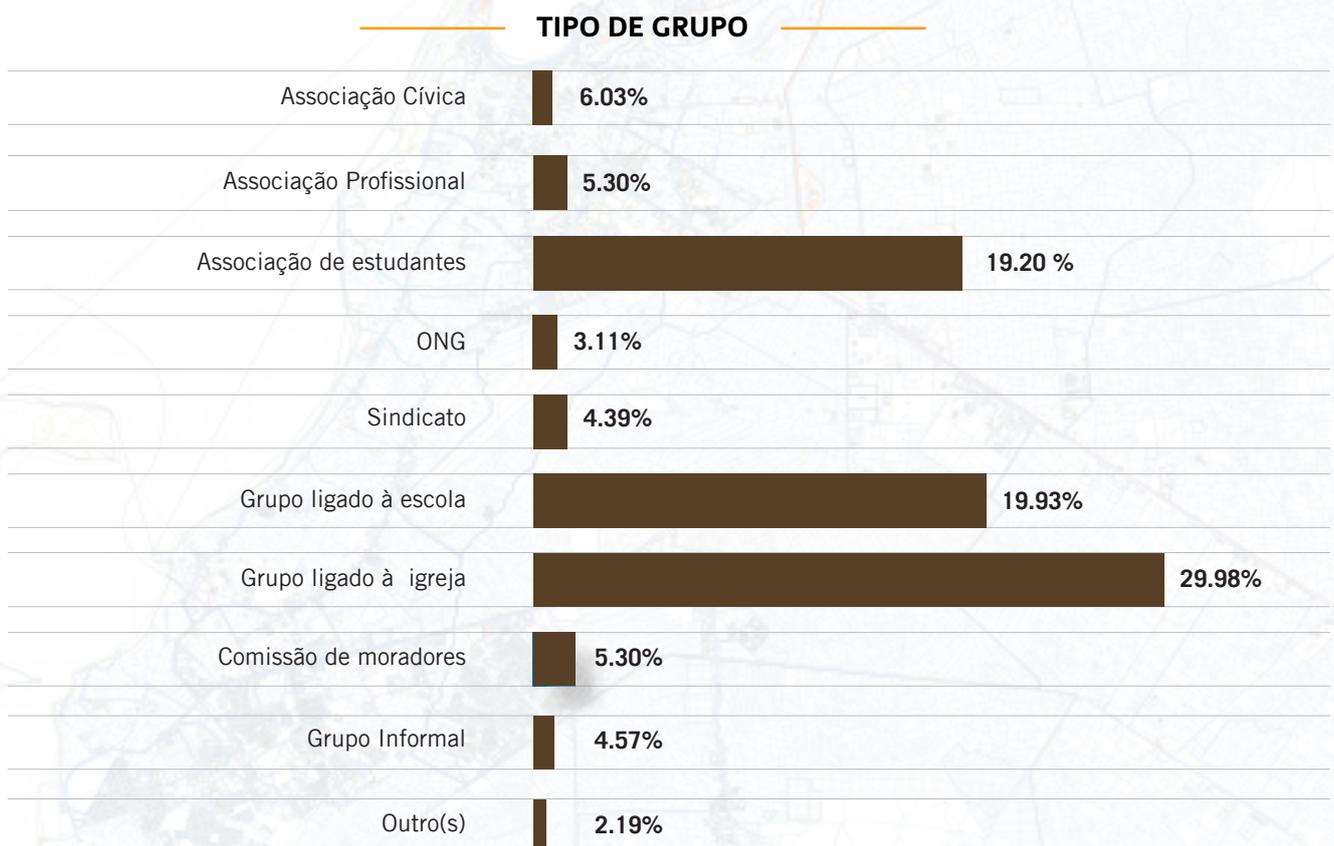


Perguntou-se aos inquiridos se têm participado na vida associativa nos últimos 5 anos, fazendo, por exemplo, parte de alguma associação ou grupo cívico com uma agenda virada para o bem comum. Os resultados obtidos, tal como mostra o gráfico 5, indicam que a grande maioria (66%) não tem participado e apenas 32% afirmam o contrário, o que corresponde a um total de 326 respondentes, 166 homens e 160 mulheres entre os 15 e os 35 anos.



Do total dos respondentes que afirmou participar na vida associativa, 29,98% indicou fazer parte de grupos ligados à igreja, 19,93% afirmou pertencer a grupos ligados à escola e 19,20% associações de estudantes. Somando estas categorias, verifica-se que, para 69,11% dos participantes, a vida associativa está ancorada na igreja e escola.

Por outro lado, a participação em associações profissionais e em sindicatos têm um peso de 5,30% e 4,39%, respectivamente. Já a participação cívica em contextos especificamente identificados, como associações cívicas ou ONG, reúne um total de 9,14% das respostas (6,03% e 3,11%, respectivamente). As restantes respostas dividem-se entre a participação em grupos de moradores (5,30%) e grupos informais (2,19%). Apenas 2,19% dos inquiridos responderam ‘outros’.



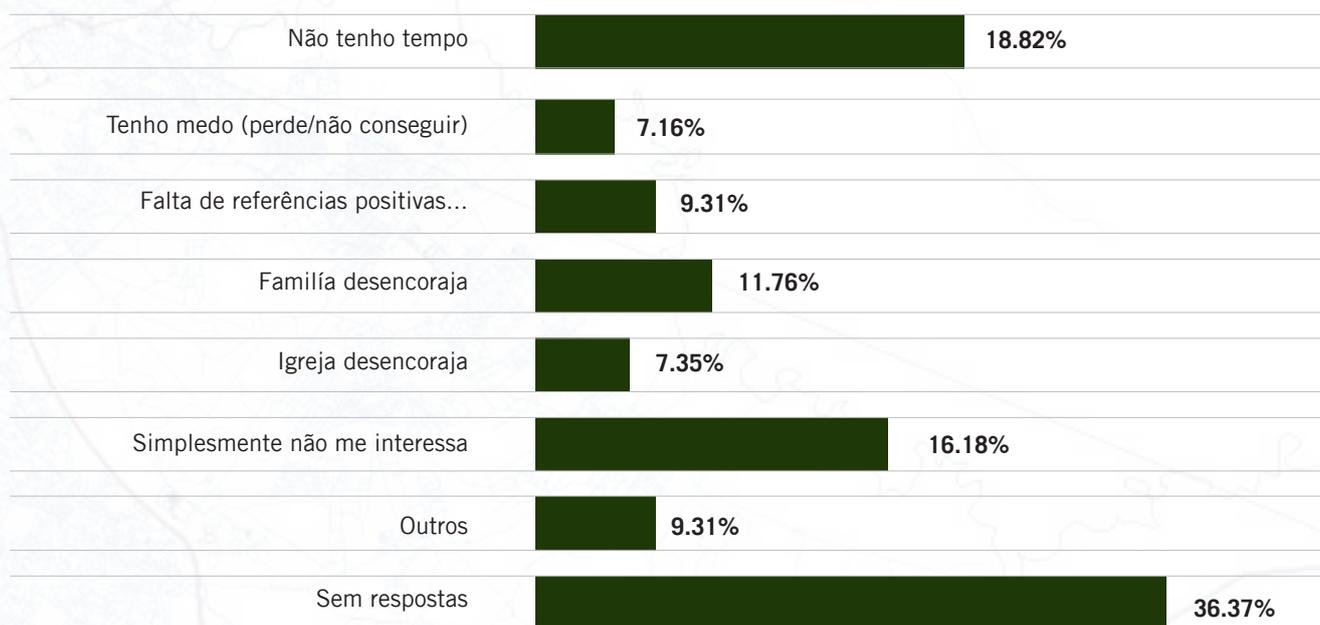
Por seu turno, do total dos inquiridos que indicaram não participar na vida associativa (66%), a maior parte (36,37%) optou por não responder quando perguntados sobre os motivos. As principais razões apontadas para a não participação incluem 'não ter tempo' (18,82%) e o 'não ter interesse' (16,18%). Estas razões têm um peso de 35% nas respostas obtidas.

Os resultados mostram, também, que as igrejas (7,35%) e famílias (11,76%) constituem factores dissuasores em termos de participação cidadã – pese embora o facto atrás mencionado de uma parte significativa dos respondentes afirmar que a sua vida associativa se desenrola no contexto das igrejas.

Um terceiro grupo de respostas é, também, revelador da cultura do medo em participar: 7,16% indica que tem medo (por exemplo, perder ou não conseguir emprego, ser negativamente conotado, ser preso, etc).

A falta de participação é, igualmente, atribuída à falta de referências positivas (amigos com vida associativa) que seriam importantes para a motivação e a mobilização dos jovens. Esta resposta tem um peso de 9,31%.

— PORQUÊ NÃO PARTICIPA? —



Apesar da falta de participação, a esmagadora maioria dos participantes (73,92%) entende que a participação é condição para defender o bem comum e o interesse público. Além destes, 27,65% considera que a participação passa por ser activa na comunidade e 19,12% refere que ela implica ser parte de uma organização ou associação.

As demais respostas indicam que, para 11,47% dos inquiridos, participação significa emitir opiniões nas redes sociais e 10,20% refere-se à participação em manifestações, greves e outros actos públicos. Somente 6,67% das respostas indicam que a participação passa por criticar a acção do poder (executivo, legislativo e judiciário) e outros actores sociais.

A close-up photograph showing a person's hands applying a red marker to another person's hand. The person applying the marker is wearing a black braided watchband. The background is blurred, showing a workshop or meeting environment with wooden tables and other people. The text 'SOBRE A PARTICIPAÇÃO' is overlaid on the right side of the image.

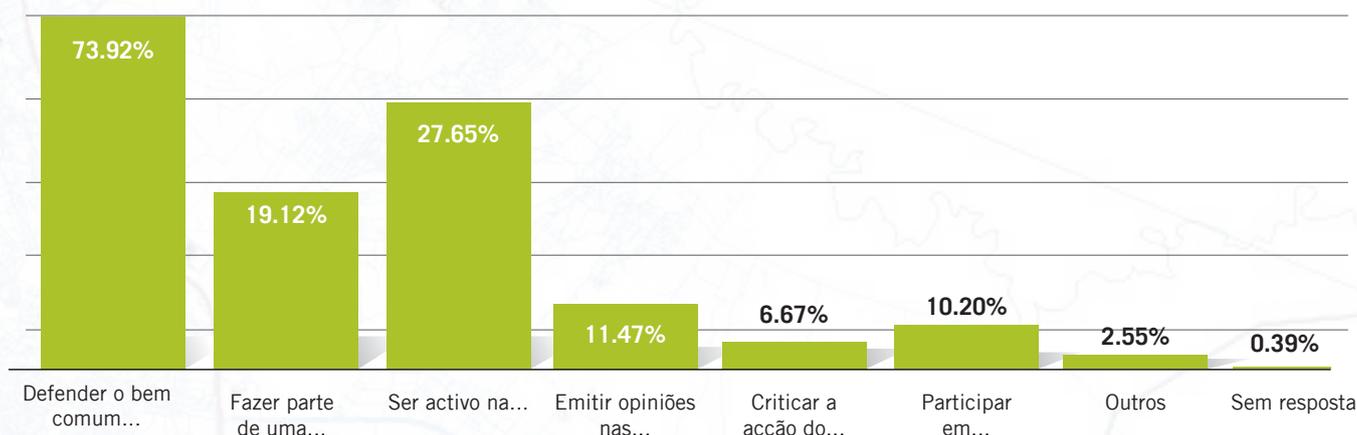
**SOBRE A
PARTICIPAÇÃO**

Sobre a participação

A participação política (o que não se resume a actividade partidária) e pública é o mecanismo através do qual os cidadãos podem comunicar os seus interesses, preferências e necessidades e gerar pressão para resposta: uma vez que a democracia implica, não somente responsabilidade governamental em relação aos interesses do cidadão, mas o tomar em bases igualitárias os interesses de cada cidadão, a participação democrática deve respeitar este princípio de igualdade. Os motivos que levam algumas pessoas a serem activas e outras não, serão melhor entendidos, segundo alguns autores⁴, invertendo a pergunta usual e indagando as razões que levam as pessoas a não participarem politicamente, razões que, em geral, se agrupam em três tipos de respostas: porque não podem, porque não querem, ou porque ninguém pediu.

As respostas do primeiro tipo ‘porque não podem’, sugerem: falta dos recursos necessários, seja tempo para participar, dinheiro para contribuir para campanhas e outras causas políticas, seja capacidades para usar tempo e dinheiro de forma efectiva. As respostas do segundo tipo ‘porque não querem’, sugerem: ausência de engajamento político, falta de interesse na política, ou pouco interesse com os assuntos públicos, a crença de que a atividade pode fazer pouca ou nenhuma diferença, indicam pouco ou nenhum conhecimento sobre o processo político, ou outras prioridades. As respostas do terceiro tipo ‘porque ninguém pediu’ implicam o isolamento da rede de recrutamento, através da qual os cidadãos são mobilizados para a política. Estes três componentes. Recursos, engajamento e recrutamento – formam a espinha dorsal do modelo de explicação de participação cívica que os autores denominam de ‘modelo de voluntariado cívico’.

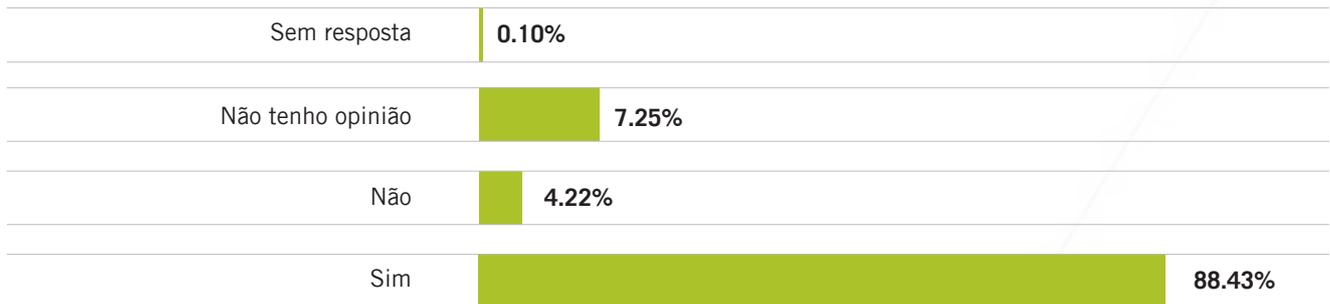
O QUE ENTENDE POR “PARTICIPAÇÃO”



Não obstante o facto de estar já a emergir, a partir dos resultados até agora analisados, um baixo nível de participação cidadã, a esmagadora maioria dos inquiridos (88,43%) considera que aquela é importante para a democracia. Um total de 7,25% participantes expressou não ter opinião e 0,10% não respondeu à questão. As respostas negativas totalizaram 4,22%.

⁴SCHLOZMAN, K., VERBA, S., BRADY, H. in SKOCPOL, T. &FIORINA, M. (1999), “Civic Engagement in American Democracy”, Cap. 12.

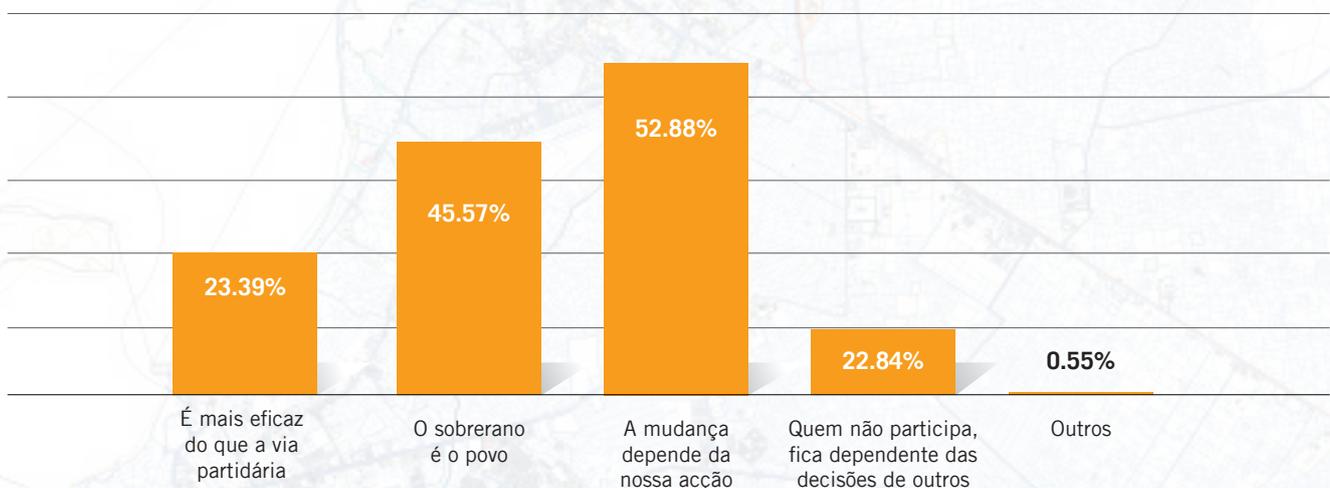
PARTICIPAR É IMPORTANTE PARA DEMOCRACIA?



Para o conjunto de respondentes que considerou que a participação é importante, 52,88% argumenta que ‘a mudança depende da nossa acção’; 45,57% que ‘o soberano é o povo’; 23,39% que a participação cidadã «é mais eficaz do que a via partidária’ e 22,84% considera que ‘quem não participa, fica dependente das decisões dos outros’.

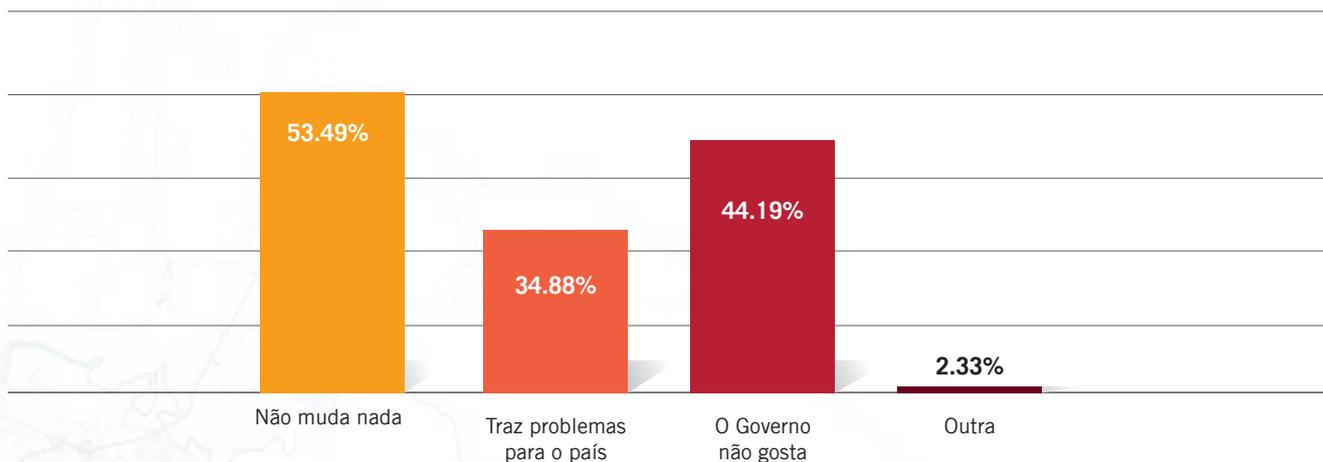
Estes resultados merecem alguma reflexão. Em primeiro lugar, o argumento que ‘a mudança depende da acção’ (a qual pressupõe alguma forma de participação) e o argumento da ‘recusa em ficar dependente das decisões de outros’ revelam uma concepção mais pró-activa da cidadania. Em segundo lugar, o argumento, segundo o qual a participação é importante para a democracia porque ‘o soberano é o povo’, pressupõe a ideia de que o exercício de soberania pelo povo só é realizável via participação, ou seja, a soberania do povo depende da participação cidadã. E, em terceiro lugar, o argumento, segundo o qual ‘a participação é mais eficaz do que a via partidária’, denota uma clara desvalorização dos partidos políticos, tradicional e formalmente vistos como os únicos e exclusivos actores políticos. O argumento revela a descredibilização dos partidos como fonte de dinâmica democrática e pluraliza a arena política: afinal, o cidadão, via participação, também é actor político.

IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO



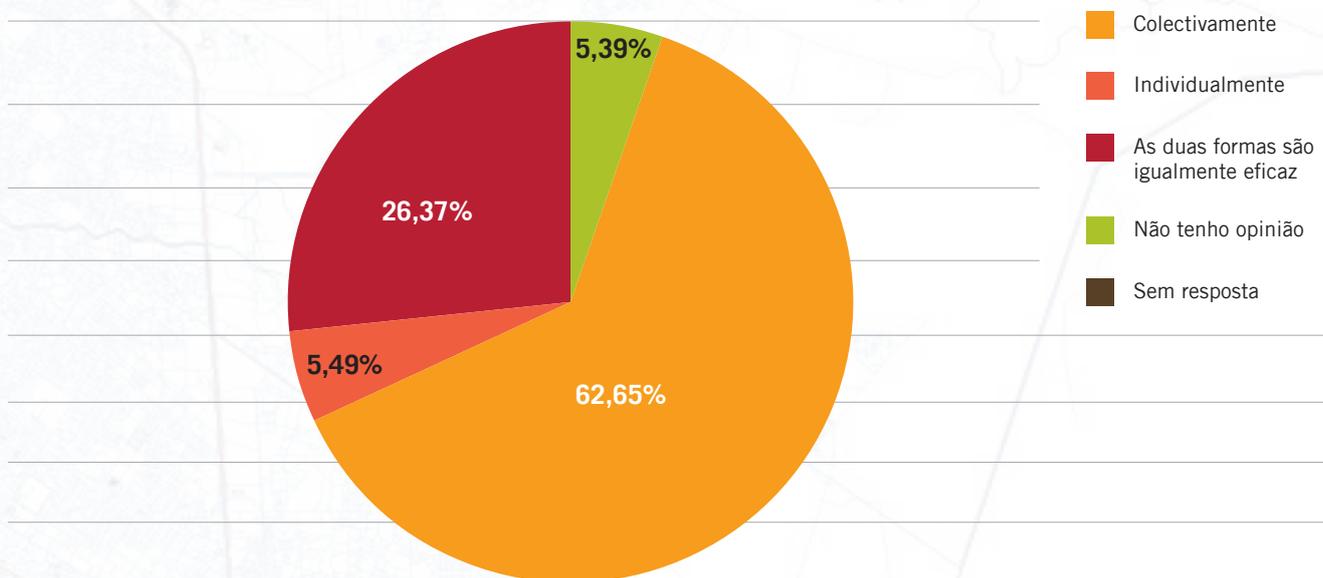
Para o conjunto dos respondentes que desvaloriza a participação, três razões fundamentais foram evocadas: 53,49% considera que a participação ‘não muda nada’, 44,19% argumenta que ‘o governo não gosta’, e 34,88% afirma que a participação ‘traz problemas para o país’. Estas razões são diametralmente opostas às razões que foram mobilizadas pelos respondentes que reiteraram a importância da participação. E estes resultados merecem, também, uma reflexão sobre a confluência entre a cultura do medo (‘O governo não gosta’ e ‘traz problemas para o país’) e a resignação e a desesperança (‘não muda nada’).

RAZÕES DA NÃO-PARTICIPAÇÃO



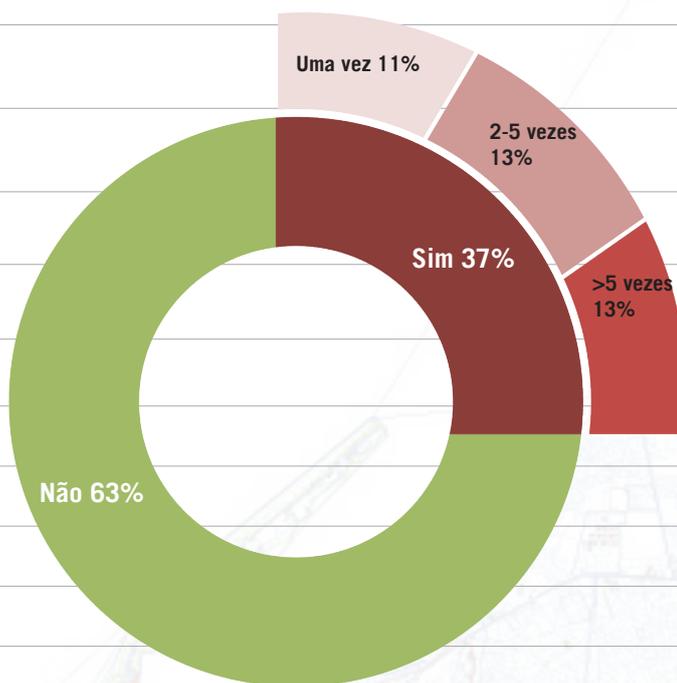
À questão sobre se a participação cidadã é mais eficaz exercida individualmente ou organizada como acção colectiva, a maior parte dos inquiridos (62,65%) considera que a participação é mais eficaz quando organizada na forma de acção colectiva. Já uma pequena minoria (5,49%) tem opinião contrária: a participação é mais eficaz quando exercida individualmente. O total de respostas que considera que as duas formas de participação são igualmente eficazes ascende a 26,37%. Em 5,39%

PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL OU COLECTIVA?



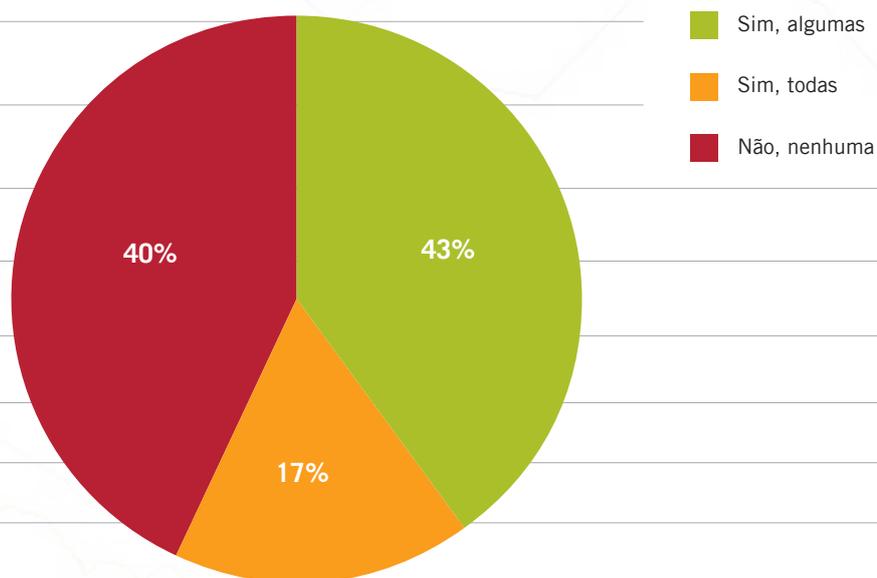
das respostas obtidas, os inquiridos referiram não ter opinião e 0,10% não responderam à questão. Focando, especificamente, o ano de 2022, marcado pela realização das eleições gerais, os respondentes foram questionados sobre o seu nível de participação e engajamento cívico em acções colectivas. Os resultados mostram que a maioria (63%) não esteve envolvida em nenhuma acção colectiva. Dos 37% de respondentes que afirmaram terem participado em acções colectivas, 13% indicou que terem estado envolvidos em mais do que 5 acções colectivas, 13% entre 2 a 5 vezes e 11% informou ter participado uma única vez.

PARTICIPAÇÃO EM ACÇÃO COLECTIVA 2022



Ao conjunto dos participantes que declararam ter participado em acções colectivas em 2022, perguntou-se se as mesmas estavam directa ou indirectamente relacionadas com as eleições gerais desse ano. Aqui, as respostas obtidas revelam que a maioria estava associada com aquelas: 43% respondeu que algumas das acções estavam relacionadas com as eleições e 17% informou que todas as acções colectivas em que participaram tinham como foco as eleições. Estas duas categorias de resposta perfazem um total de 60%. Ainda assim, uma percentagem importante das respostas (40%) indicou que nenhuma das acções colectivas estava relacionada com o pleito eleitoral de 2022, mas não especificou.

ACTIVIDADE CÍVICAS RELACIONADAS COM ELEIÇÕES 2022?



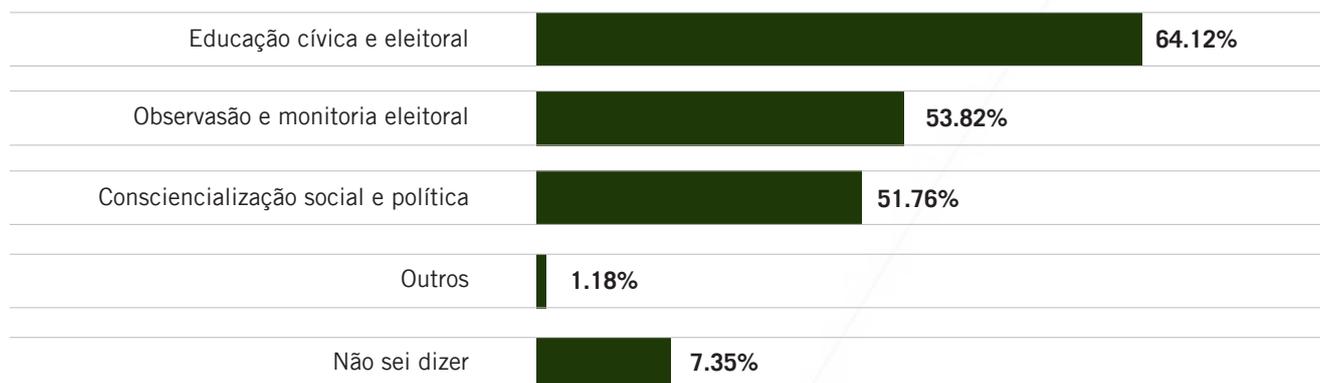
À pergunta sobre se, durante o processo eleitoral de 2022, houve acções de participação lideradas por jovens, a esmagadora maioria (49,61%) indicou não ter conhecimento. Um total de 16,96% afirmou que não existiram tais acções e 33,33% respondeu o contrário, ou seja, reportou a existência de acções de participação lideradas por jovens, tal como pode ser observado no gráfico 13, a seguir. Ou seja, em 66,57% das respostas, os inquiridos ou não tiveram conhecimento ou negam a existência de actividades cívicas lideradas por jovens durante o último processo eleitoral.

ACTIVIDADES LIDERADAS POR JOVENS AO LONGO DO PRECESSO ELEITORAL?



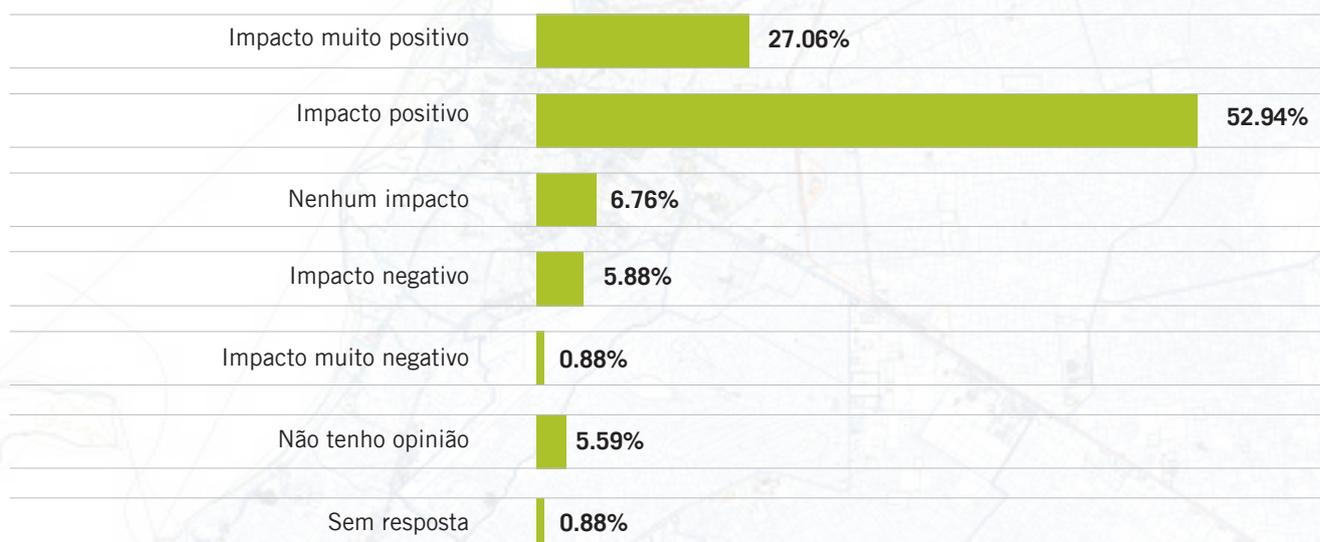
Para o conjunto dos participantes que reportaram a existência de actividades lideradas por jovens ao longo do processo eleitoral, perguntou-se quais os objectivos da mesma. Tal como o gráfico 14 revela, a maior parte das actividades (64,12%) referia-se a acções no âmbito da educação cívica e eleitoral, seguindo-se a observação e a monitoria eleitoral (53,82%) e as acções de consciencialização social e política (51,76%). Entretanto, 7,35% dos participantes afirmou não ter informação sobre os objectivos das actividades⁵.

QUAIS OS OBJECTIVOS DE DITA ACTIVIDADES?



Importante é conhecer qual o impacto dessas actividades na óptica dos respondentes. A este nível, o gráfico 15 revela que 80% das respostas obtidas confirmam que o impacto foi muito positivo ou positivo. Em contrapartida, 6,76% expressou opinião contrária: o impacto foi negativo ou muito negativo. Quanto às demais opções, 6,76% considerou que as actividades não tiveram nenhum impacto, 5,59% declarou não ter opinião e 0,88% não respondeu⁶.

QUE IMPACTO TIVERAM ESSAS ACTIVIDADES?



⁵ A resposta acima era de escolha múltipla. Dos 340 que responderam, a maior parte escolhia mais de uma opção. Os demais, responderam “Não” ou “Não sei” à questão anterior, por isso não tiveram acesso a esta.

⁶ Percentagens calculadas sobre a base dos 340 respondentes desta questão. Os demais, responderam “Não” ou “Não sei” à questão anterior, por isso não tiveram acesso a esta.



**POSICIONAMENTO FACE
À ACTUAL SITUAÇÃO DO PAÍS**

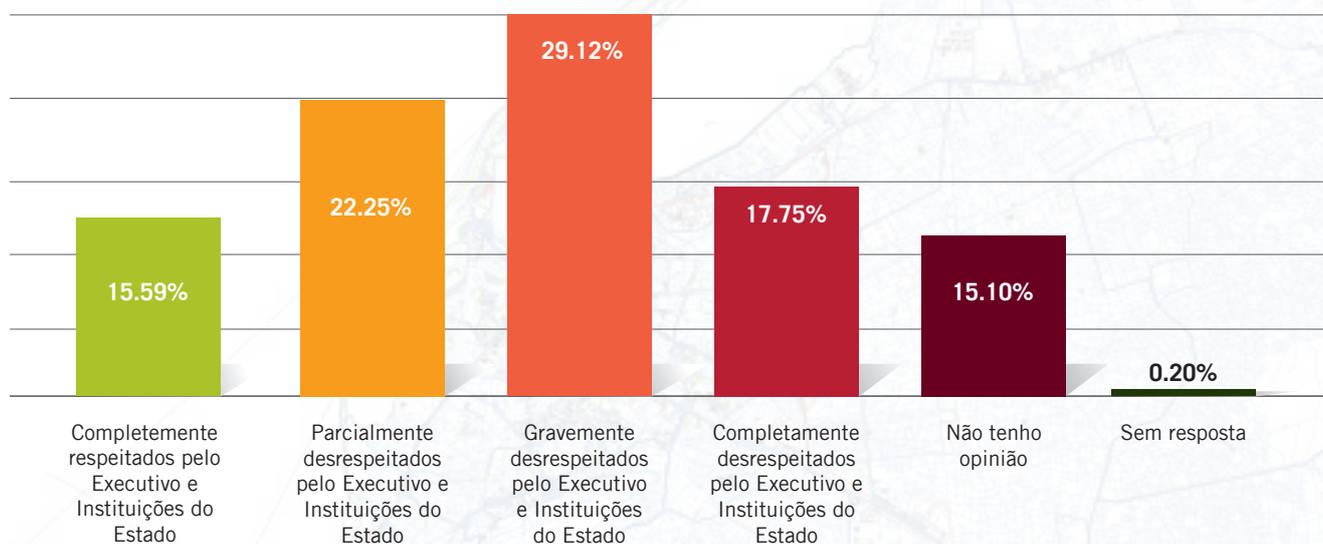
Posicionamento face à actual situação do país

As questões seguintes integram a secção do questionário dedicado ao posicionamento dos respondentes face à actual situação do país.

A primeira pergunta procurava conhecer o que os inquiridos pensam sobre a situação relativa aos direitos, liberdades e exercício da cidadania. Do total de respostas obtidas, 15,10% não tinha opinião e 0,20% não respondeu.

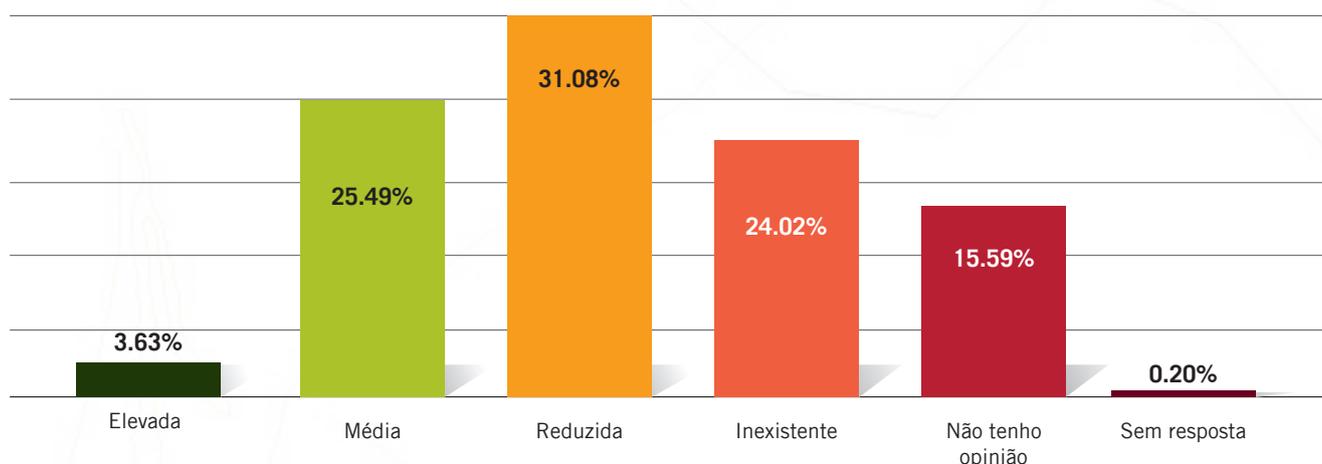
De resto, a maior parte dos participantes (29,12%) informou que os direitos, as liberdades e o exercício de cidadania se encontram gravemente desrespeitados pelo executivo e instituições do Estado. A segunda categoria de respostas com maior peso (22,25%) indica que os inquiridos consideram que os direitos, as liberdades e o exercício da cidadania estão a ser parcialmente desrespeitados pelo executivo e instituições do Estado. A terceira categoria, com 17,75%, vai no mesmo sentido: os direitos, as liberdades e o exercício da cidadania estão a ser completamente desrespeitados. Se se somar as categorias que expressam uma opinião negativa, verifica-se 69,12% dos inquiridos partilha uma visão negativa sobre as responsabilidades do executivo e do Estado a este respeito. Na verdade, apenas 15,59% dos respondentes consideram que os direitos, as liberdades e o exercício da cidadania estão a ser completamente respeitados.

LIBERDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS...



Na sequência da questão anterior, procurou-se aferir sobre a avaliação dos participantes quanto à qualidade democrática do executivo e das instituições do Estado. Do total de respostas obtidas, 24,02% considera que essa qualidade é inexistente e 31,08% julgam que a mesma é reduzida, perfazendo um total de 55,1% respostas. Opinião contrária é expressa por 25,49% dos inquiridos que consideram que a qualidade democrática é média e 3,63% que declaram que a mesma é elevada. Saliente-se que 15,59% não tem opinião e que 0,20% não respondeu à questão.

DEMOCRATICIDADE DO EXECUTIVO E ESTADO



É de sublinhar que este criticismo já se dera a conhecer, logo no fim do primeiro ano do primeiro mandato do actual PR. Num estudo anterior, de cobertura nacional, publicado em 2020, procurou-se, entre várias questões, como é que as cidadãs e cidadãos classificavam o primeiro ano (2018) do 1º mandato de João Lourenço. Os resultados mostram que o optimismo inicial foi sendo muito rapidamente erodido. Em termos de assegurar a participação e a inclusão dos cidadãos, 54,3% dos participantes considerava que o governo ‘não era inclusivo nem permitia a participação’ ou que era ‘pouco inclusivo e que permitia pouca participação’. No que se refere à escala da democracia, 57,2% dos participantes considerou que o governo ‘não era nada democrático’ ou ‘pouco democrático’. E, por fim, no que diz respeito à escala da transparência, 58,8% classificava o governo como ‘nada transparente’ ou ‘pouco transparente’ (LAB 2020)⁷.

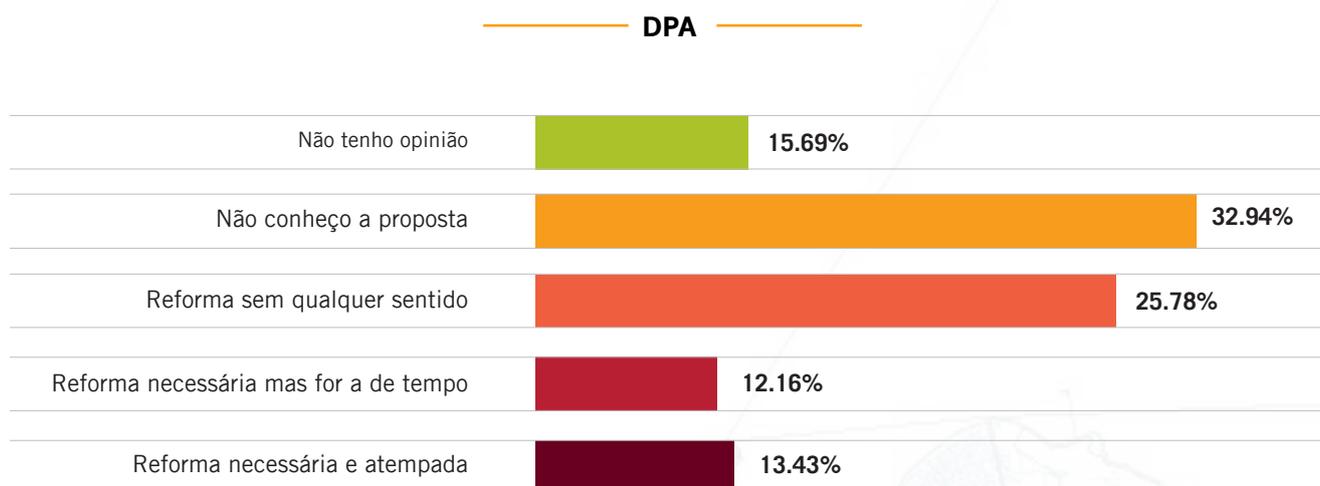
Procurando explorar mais esta temática da qualidade democrática do regime e da sua governação, os inquiridos foram questionados sobre um dos processos políticos mais recentes e controversos: a proposta da nova Divisão Política e Administrativa⁸.

O gráfico seguinte mostra que apenas uma minoria de 13,43% considera a DPA uma reforma necessária e atempada. 12,16% reconhece também que é uma reforma necessária, mas que está fora do tempo. Aqueles que consideram a DPA como uma reforma sem sentido ascende a 25,78%. É, no entanto, realçar que 32,94% diz não conhecer a proposta e que 15,69% afirma não ter opinião. Adicionando estas duas últimas categorias, observa-se que quase 51% das respostas (a maioria) desvela genericamente falta de conhecimento sobre a DPA.

⁷ Corrigindo o que está mal e melhorando o que está bem? Uma perspectiva cidadã sobre a governação em Angola (volumes I & II), open access, Dezembro 2020.

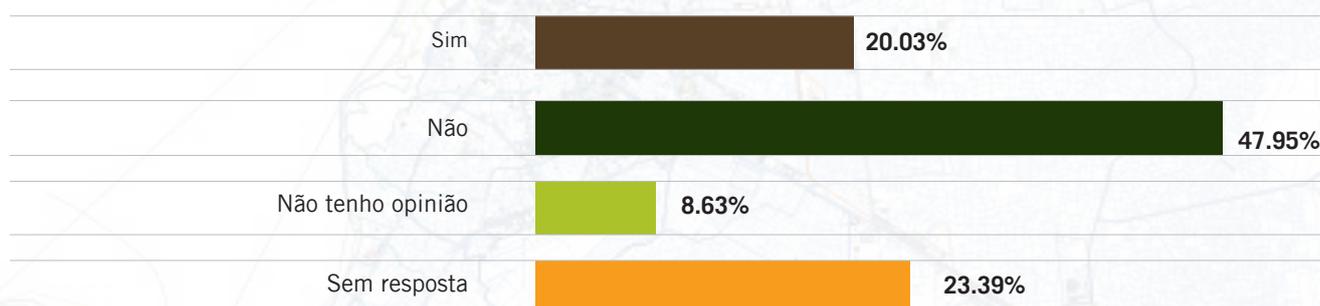
⁸ A 15 de Outubro de 2022, escassos 2 meses depois de ter declarado vitória eleitoral, o PR anunciou nova proposta de DPA que pressupõe a extinção de comunas e distritos urbanos e a criação de mais 2 províncias e de 581 municípios. A DPA foi objecto de debates públicos por actores académicos e da sociedade civil. Estes foram o cerne do I Ciclo de Debates, organizado pelo LAB e pelo GRAD (Grupo de Reflexão, Aconselhamento e Debate), dedicado à DPA. Consultar: LAB/GRAD, 2023, Dossier de Comunicações e ‘Síntese e considerações finais’. Em alternativa: <https://www.verangola.net/va/pt/042023/Politica/35324/Nova-divis%C3%A3o-pol%C3%ADtico-administrativa-vai-custar-mais-168-por-cento-que-a-actual-aponta-estudo.htm>

Esclareça-se que a qualidade do processo de consulta pública sobre a DPA foi objecto de profundas críticas que se veem confirmadas com estes resultados. A 9 de Janeiro de 2023, o LAB, o OPSA e a ADRA, apresentaram publicamente um Posicionamento Conjunto sobre a Consulta Pública sobre a nova proposta de DPA. Nessa ocasião, considerando-se, essencialmente, que o processo de auscultação deveria ter sido mais abrangente, inclusivo, aberto, transparente e satisfatório, recomendou-se fortemente não só ‘Investir num novo e amplo processo de consulta pública, inclusivo, plural e participativo’, mas também ‘Re-avaliar a pertinência da DPA à luz do debate público sobre o próximo PDN (...)’ como ‘estratégia de aproximação entre cidadãos, governo e administração’, questionando-se, ainda, a prioridade dada à DPA em detrimento do processo de descentralização e de instauração do poder local.



Ainda neste âmbito, a maioria (47,95%) considera que a DPA não foi conduzida de forma transparente e inclusiva, e apenas 20,03% julgam o contrário, expressando opinião positiva. Do total dos resultados analisados, 23,39% não respondeu e 8,36% indicou não ter opinião⁹.

A DPA FOI CONDUZIDA DE FORMA TRANSPARENTE E INCLUSIVA?

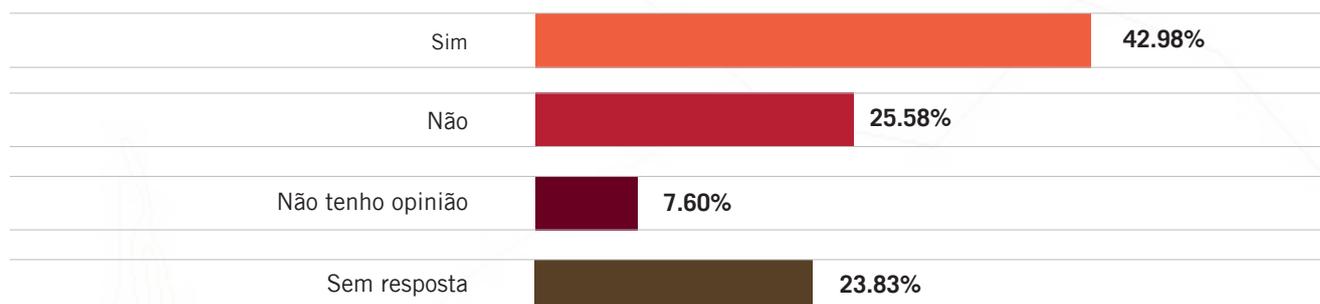


Tal como o gráfico 20 desvela, a maioria dos respondentes (42,98%) é da opinião que a DPA poderá perturbar a realização das autarquias. Já 25,58% expressou opinião contrária. Mais uma vez, a percentagem dos que não responderam é significativa (23,83%). A estes, juntam-se os 7,60% que indicaram não ter opinião¹⁰.

⁹ Percentagens calculadas sobre a base dos 684 respondentes desta questão que não responderam “não conheço essa lei” na questão anterior.

¹⁰ Percentagens calculadas sobre a base dos 684 respondentes desta questão que não responderam “não conheço essa lei” na questão anterior.

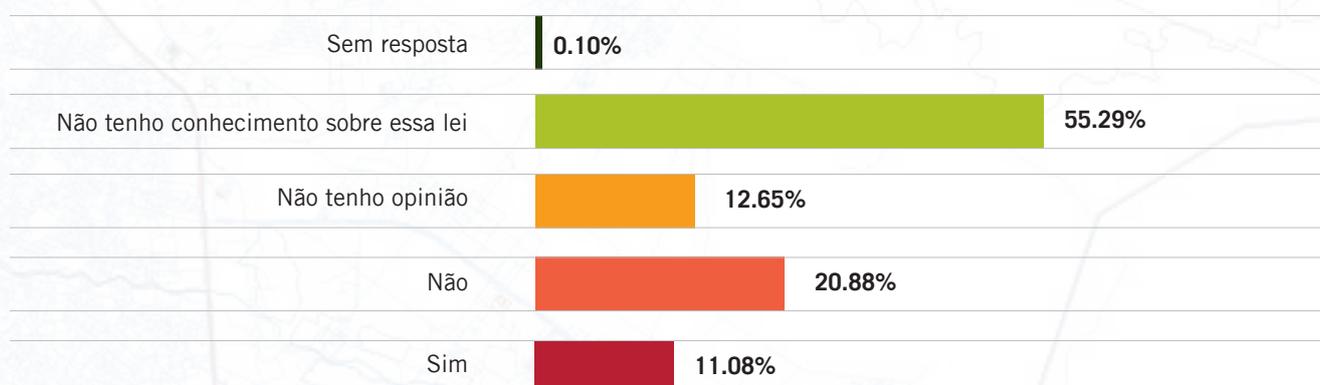
A DPA PODERÁ PERTUBAR A REALIZAÇÃO DAS AUTARQUIAS?



Outro processo político recente e da maior importância para a vida associativa diz respeito à nova Lei das ONG. Por restringir a liberdade da sociedade civil e por reduzir o espaço cívico e democrático em Angola, a nova lei foi objecto de imensas críticas, tendo sido inclusivamente demonstrada a sua inconstitucionalidade. Em análises recentes, a lei foi apreciada nos seguintes termos: ‘The proposed new Law on the Non-Governmental Organisations (NGOs) is unconstitutional and embodies a will to control, typical of authoritarian regimes. The bill demonstrates the political objectives of the government to restrict and control civil society, and it violates the Angolan Constitution which guarantees the fundamental rights and freedoms of association¹¹. A proposta de lei foi aprovada pelo MPLA a 25 de Maio de 2023.

Do total de respostas obtidas, 20,88% afirmou que a nova lei não é necessária; contra 11,08% que a considera necessária. O gráfico 21, todavia, chama atenção pelo facto de 55,29% das respostas indicar que os participantes não tinham conhecimento sobre a nova lei e pelo facto de 12,65% não

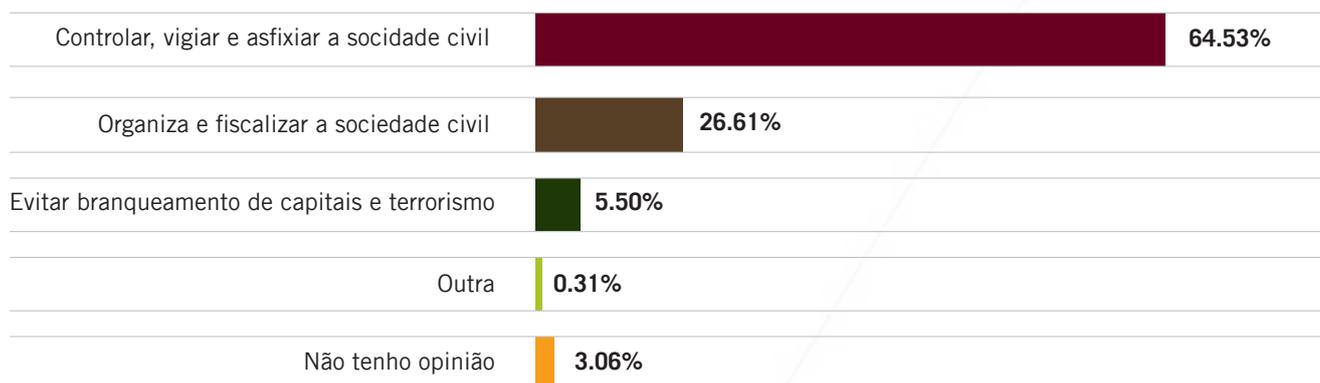
A NOVA LEI DAS ONG É NECESSÁRIA?



¹¹ Gomes, C; Abreu, C. et al. 2023. Subverting the Constitution and Curtailing Civil Society. Angola’s New Law on NGOs. Bergen: Chr. Michelsen Institute: 2. Available at: <https://www.cmi.no/publications/8939-subverting-the-constitution-and-curtailling-civil-society-angolas-new-law-on-ngos>

ter opinião sobre a mesma, o que perfaz um total de 67,94%. 0,10% dos participantes não respondeu. Os participantes foram também questionados sobre as suas interpretações quanto à intenção do governo com esta nova lei. Do total de respondentes, 64,53% indicou que a intenção é a de controlar, vigiar e asfixiar a sociedade civil; 26,61% referiu que a intenção é a de organizar e fiscalizar a sociedade civil, e apenas 5,50% considera que a lei pretende evitar branqueamento de capitais e o terrorismo. Os restantes respondentes, 3,06%, afirmaram não ter opinião sobre a matéria.

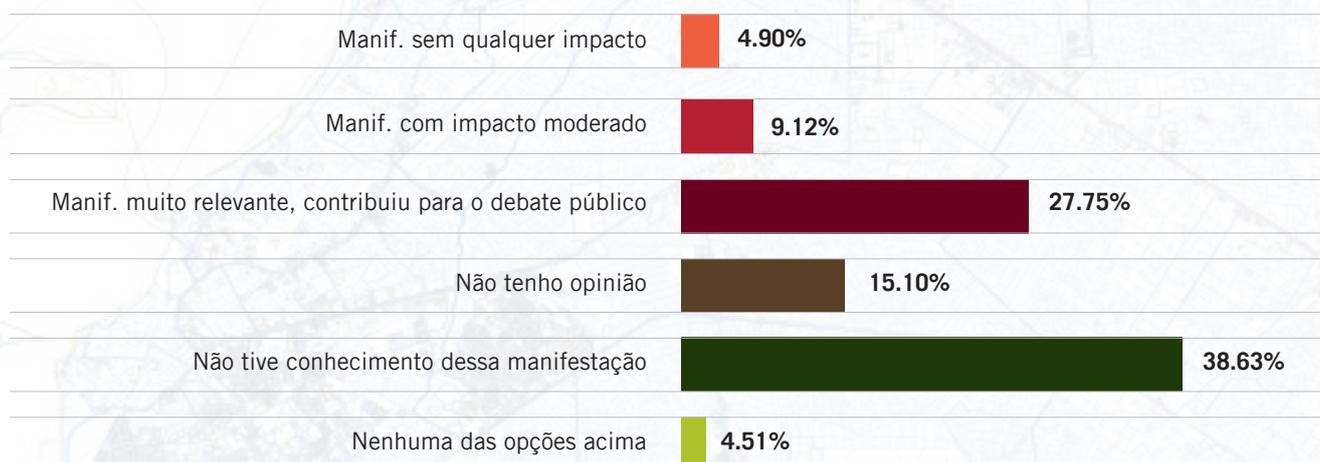
QUAL SERÁ A INTENÇÃO DO GOVERNO COM ESTA LEI?



Num clima de elevada tensão social, diversos protestos convergiram numa Manifestação Nacional contra a Lei, contra o aumento do preço dos combustíveis e contra a proibição da zunga, após o lançamento de um Apelo de Solidariedade a Nível Nacional. A Manifestação ocorreu a 17 de Junho de 2023 em 16 das 18 províncias.

Neste sentido, procurou-se saber qual a opinião dos participantes a respeito da Manifestação. A questão permitia múltiplas respostas. O gráfico 23 mostra que 38,63% dos inquiridos não tiveram conhecimento da manifestação e 15,10% afirmou não ter opinião sobre a mesma. Dos respondentes que reconheceram que a manifestação teve impacto, 27,75% considera que o mesmo foi muito relevante, tendo contribuído para o debate público e 9,12% atribui à manifestação um impacto moderado. Ao contrário destas avaliações, 4,90% dos inquiridos não identificaram qualquer impacto da manifestação.

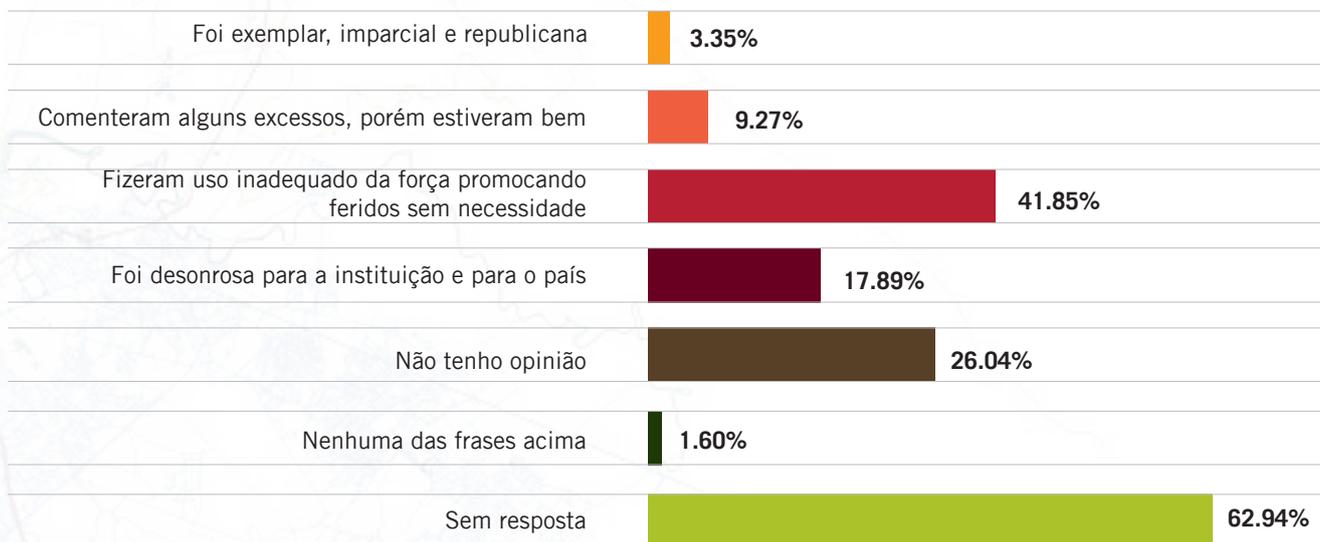
MANIFESTAÇÃO 17 JUNHO



Ainda no que se refere à manifestação do dia 17 de Junho, perguntou-se aos participantes qual a sua opinião sobre a actuação da Polícia Nacional. Mais uma vez, é muito significativa a percentagem dos que não responderam (62,94%), bem como é elevada a percentagem dos que não têm opinião (26,04%). Além deste grupo, 3,35% considerou que a actuação da PN foi exemplar, imparcial e republicana, e 9,27% avaliou positivamente a PN, reconhecendo, todavia, alguns excessos.

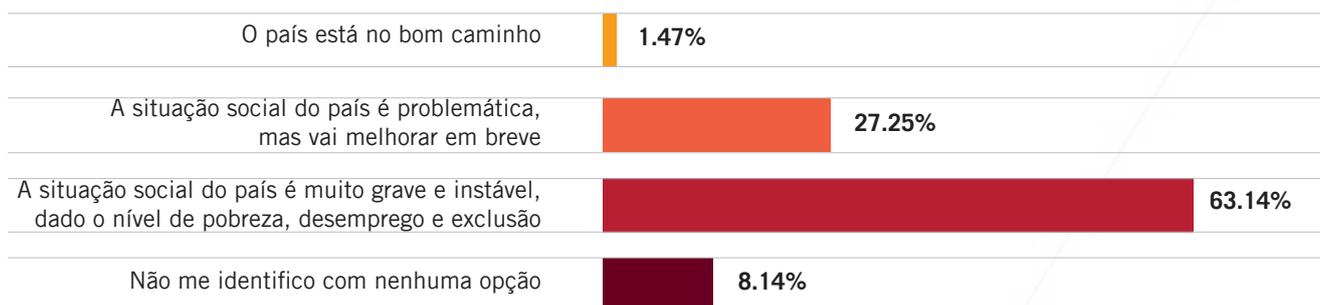
As restantes respostas - esta pergunta permitia múltiplas escolhas -, expressam uma visão bastante crítica: 41,85% indicou que a PN fez uso inadequado da força, provocando feridos sem necessidade e 17,89% considera que a actuação da PN foi desonrosa para a instituição e o país. Somando estas duas últimas categorias, observa-se que 59,74% dos participantes avaliaram negativamente a actuação da PN.

POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA NA MANIF. 17 JUNHO



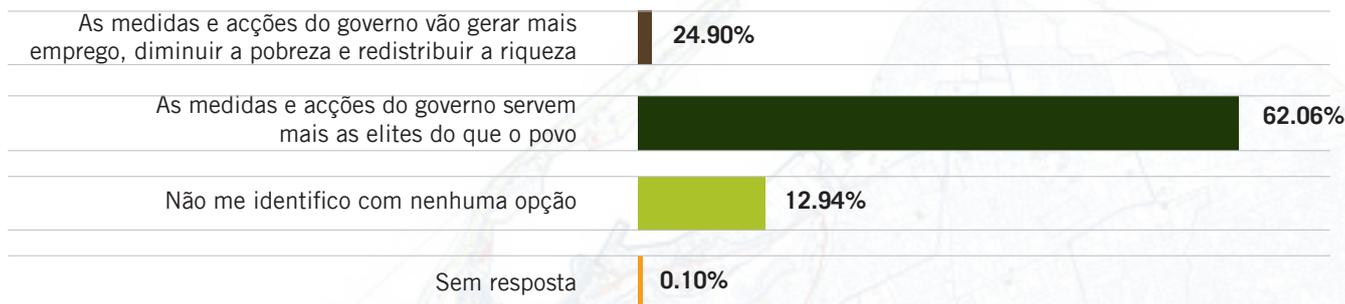
Como o gráfico seguinte mostra, aos participantes foram apresentadas várias opções para caracterizar a dimensão social que o país atravessa, tendo sido pedido que indicassem aquela com que mais se identificavam. 8,14% indicou não se identificar com nenhuma das opções apresentadas. Uma minoria residual (1,47%) considera que o país está no bom caminho. A opção que traduz crítica, mas também optimismo (a situação social do país é problemática, mas vai melhorar em breve) reuniu 27,25% das respostas. A opção mais votada foi aquela que maior crítica e preocupação expressava: 63,14% considera que a situação social do país é muito grave e instável, dado o nível de pobreza, desemprego e exclusão.

FRASE COM QUEM MAIS SE IDENTIFICA



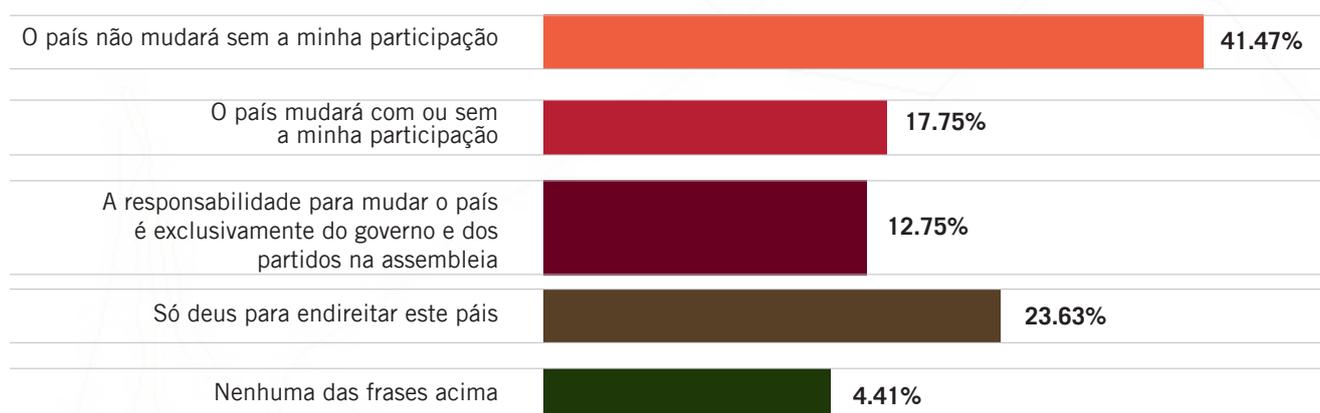
O gráfico 26 faz o mesmo exercício, mas focando desta vez a dimensão econômica. Um total de 12,94% dos participantes não se identificou com nenhuma opção. Já 24,90% considerou que as medidas e ações do governo vão gerar mais emprego, diminuir a pobreza e redistribuir a riqueza. Por fim, a maioria das respostas (62,06%) expressou uma opinião bastante negativa: as medidas e ações do governo servem mais as elites do que o povo.

FRASE COM QUEM MAIS SE IDENTIFICA



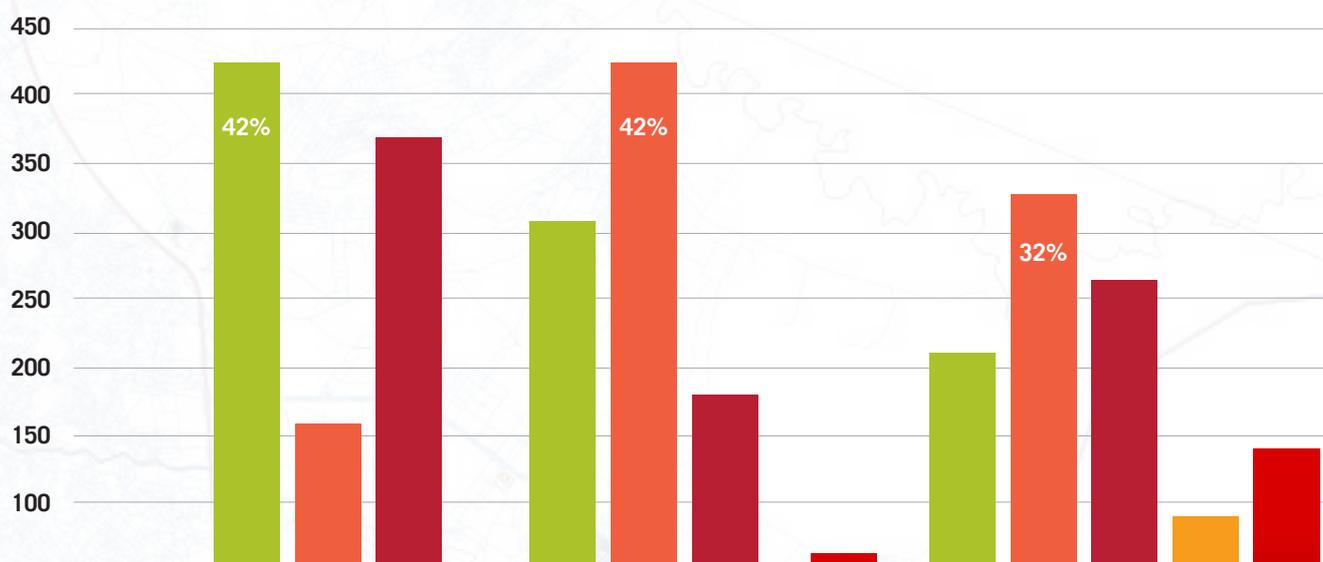
Explorando a importância que é dada, ou não, à dimensão individual no posicionamento face à situação do país, o gráfico 27 mostra que, apesar das respostas anteriores revelarem globalmente um baixo nível de participação, 41,47% dos inquiridos pensa que o país não mudará sem a sua participação individual; 17,75% refere que o país mudará com ou sem a sua participação; 12,75% argumenta que a responsabilidade para mudar o país é exclusiva do governo e dos partidos na Assembleia Nacional, e 23,63% coloca-se numa postura de resignação ao indicar que só Deus para endireitar este país.

FRASE COM QUEM MAIS SE IDENTIFICA



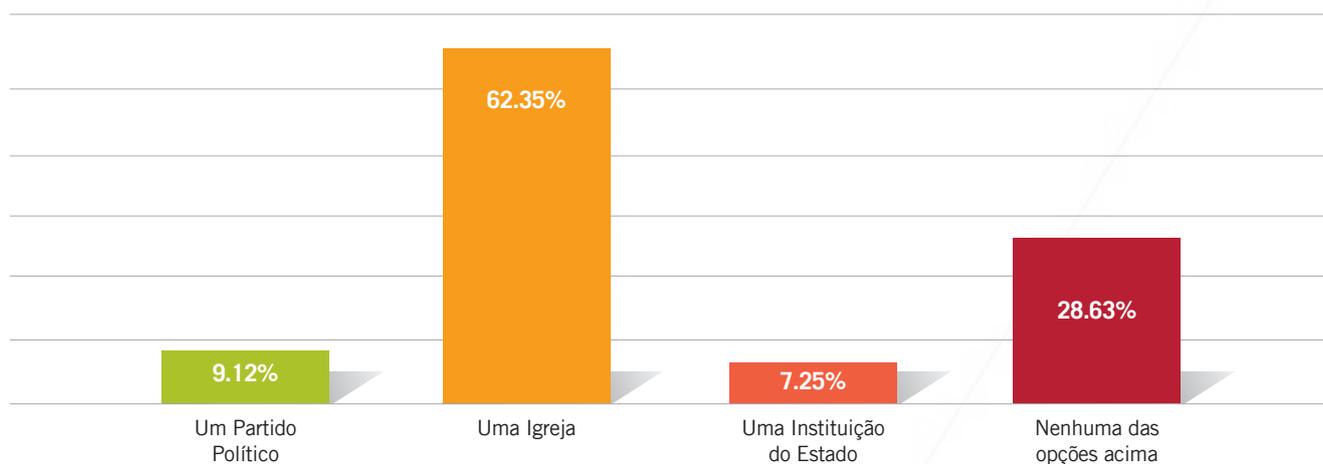
A partir de uma questão com escolhas múltiplas sobre as três medidas mais importantes para impulsionar a mudança, é interessante notar que a medida mais priorizada foi a necessidade de mudar ‘a mentalidade do próprio angolano’ (42%). A segunda prioridade é a de mudar as políticas do governo (saúde, educação). E para que não haja dúvidas, quando questionados sobre qual seria a terceira medida prioritária, os participantes reiteraram a necessidade de mudar as políticas do governo. O interesse destes resultados gerais é que a atribuição da mudança não é só dirigida ao outro (no caso, o governo), mas também a si próprio (mudança de mentalidade).

O QUE PRECISA MUDAR?



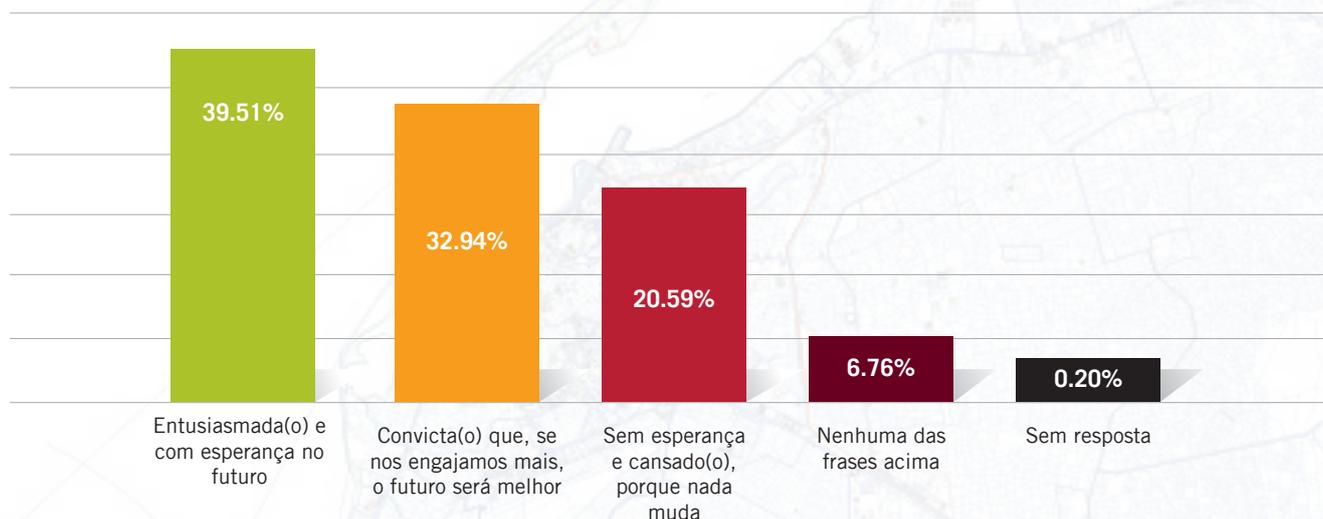
O questionário permitiu verificar que, do total de respondentes, 62,35% estão vinculados a uma igreja, 9,12% a um partido político e 7,25% a uma instituição do Estado. Uma percentagem significativa das respostas (28,63%) afirmou não estar vinculado a nenhuma das opções apresentadas.

ESTÁ ASSOCIADO/VINCULADO A



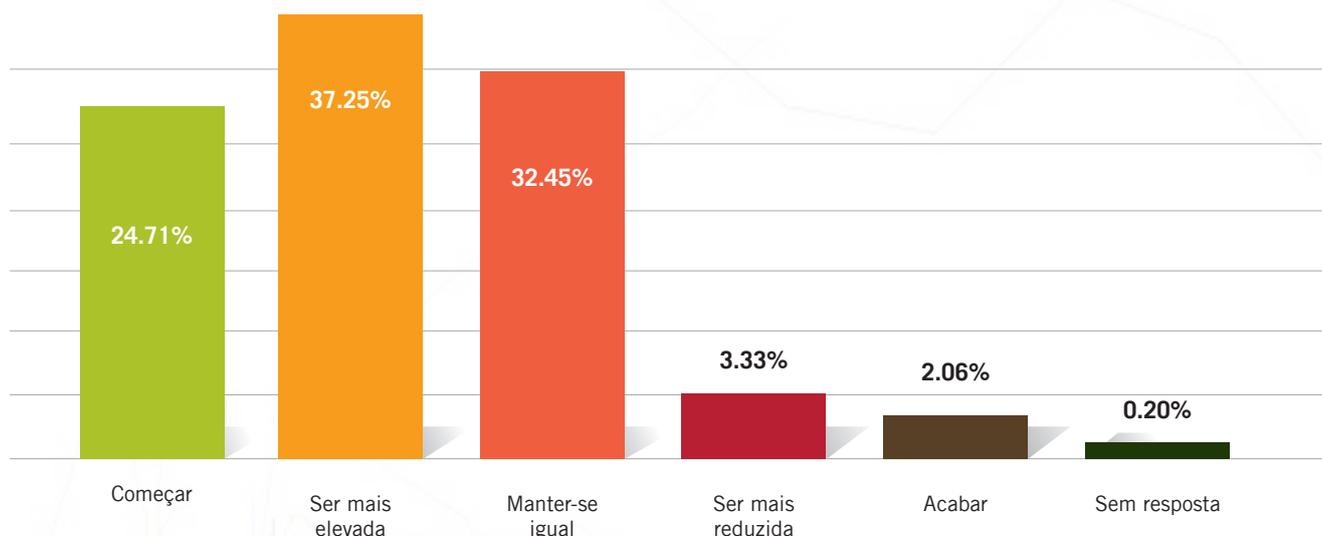
Tendo em conta as experiências pessoais e as questões respondidas, os participantes foram questionados sobre como se sentem em relação ao país. Do total das respostas obtidas, 6,76% não se identificaram com nenhuma das opções dadas e 0,20% optou por não responder. As demais respostas revelam uma polarização e fragmentação importante: a maioria (39,51%) afirma estar entusiasmado e com esperança no futuro, 32,94% diz estar convicto que, se nos engajarmos mais o futuro será melhor, e 20,59% afirma estar sem esperança e cansado, porque nada muda.

SENTIMENTO EM RELAÇÃO AO PAÍS



A última questão procurava saber como os inquiridos percebiam a sua participação no futuro, considerando as respostas dadas. Os resultados obtidos mostram que, apesar dos baixos níveis de participação patentes em respostas anteriores, 24,71% disse que irá começar a desenvolver a sua participação cidadã, 37,25% comprometeu-se a, doravante, ter uma participação mais elevada, enquanto 32,45% informou que a sua participação se manterá ao mesmo nível. Somando estas categorias, constata-se que 94,41% dos inquiridos se via a ter uma participação cidadã mais activa. Posicionamentos contrários foram expressos por 3,33% dos inquiridos para quem a participação será mais reduzida e 2,06% que expressaram a intenção de deixar de participar.

ENGAJAMENTO DORAVANTE



Notas finais

No cômputo geral, este estudo é revelador da existência de uma muita significativa polarização de resultados. Sumariamente, essa polarização traduz, não tanto a oposição entre posições fixas e antagônicas, mas uma dicotomia de fronteiras porosas entre uma cultura de participação, ainda incipiente, e a prevalência, tanto explícita, quanto tácita, da cultura do medo, associada, como explicado anteriormente, ao autoritarismo do poder vigente em Angola.

Esta cultura do medo, por seu turno, é, igualmente, alimentada pelos baixos níveis de literacia e de inclusão social dos participantes. Por exemplo, no que se refere à escolaridade, 39,51% dos respondentes nunca frequentou a escola ou nunca completou o ensino primário ou ensino médio. Em termos de inclusão no mercado laboral, 22,33% dos participantes declararam trabalhar no sector informal e 29,02% se encontram no desemprego.

Outros factores de peso que estão aqui em jogo e que favorecem um posicionamento de passividade referem-se às igrejas e às famílias – instituições de socialização que actuam como forças de dissuasão da participação dos jovens. A este respeito, note-se, a título de exemplo, que, do total dos participantes que afirmou ter vida associativa, 30% o fazem em grupos ligados à igreja. Os resultados mostram também que tanto a família (11,76%) como a igreja (7,35%) constituem importantes factores que refreiam o envolvimento da juventude em formas de participação cidadã. A estes, junta-se ainda, claramente, a referência a medo de retaliações (7,16%). A este nível, vale a pena lembrar que 62,35% dos participantes estão vinculados a uma igreja, 9,12% a um partido e 7,25% a uma instituição do Estado.

Com este pano de fundo, a polarização converte-se numa espécie de ambivalência perpétua. Considere-se o caso da participação cidadã e respectiva importância. Do total das respostas obtidas, 60% declararam não participar na vida associativa e, destes, 36,77% não apresentaram nenhuma razão para tal. De facto, aqueles que indicam participar em associações e ONG têm um peso residual de apenas 9,14%.

Não obstante, 73,92% dos participantes consideram que a participação é importante para defender o bem comum e o interesse público, e 88,43% que a mesma é importante para a democracia. No entanto, como se verifica nos resultados, entre o discurso e os posicionamentos práticos vai uma enorme distância que corporaliza a ambivalência e a polarização dos resultados.

De modo similar, enquanto 62,25% considera que a participação é mais eficaz quando assume a forma de acções colectivas, é interessante notar que 63% dos participantes afirma que não esteve envolvido em nenhuma acção colectiva durante o ano eleitoral de 2022. Dos 37% participantes que indicaram ter participado, 26% informou ter participado entre 2 a 5, ou mais, acções cívicas.

Para além desta percentagem mais baixa, é de sublinhar que, em 40% das respostas, os participantes afirmaram que as acções desenvolvidas nada tinham a ver com as eleições de 2022, contra 60% que afirmaram o contrário.

Quando questionados sobre a existência de acções lideradas por jovens, é realmente impressionante dar conta que, segundo os resultados, 50% desconhece se as mesmas foram ou não lideradas pela juventude. A estes, juntam-se 17% que simplesmente negam conhecer a existência de quaisquer acções lideradas por jovens em 2022. As duas categorias de resposta totalizam 66,57%.

Apesar destes baixos níveis de participação, persiste o criticismo. Por exemplo, 69,12% partilha uma visão negativa, ou muito negativa, sobre o respeito do governo quanto aos direitos, liberdades e exercício de cidadania, e 55,1% julgam que a qualidade democrática do executivo e das instituições do Estado é inexistente ou reduzida. Mas estes níveis de criticismo dificilmente se concretizam em formas de acção, participação e de envolvimento concretas na vida pública.

Considere-se, a este propósito, como as pessoas se situam perante importantes processos e decisões políticas mais recentes. Globalmente, os participantes afirmam um elevado grau de desconhecimento ou, em alternativa, declaram não ter opinião. Se é certo que estes resultados se devem à ausência de consultas públicas efectivas e inclusivas, também será certo afirmar que estas respostas estão correlacionadas com a ‘cultura do medo’ em assumir posições críticas ou contrárias ao poder instituído:

- DPA: 51% não conhece ou não tem opinião;
- Lei das ONG: 67,94% não conhece ou não tem opinião;
- Manifestação de 17 de Junho: 53,73% não conhecem ou não tem opinião.

Ainda assim, denota-se um criticismo que importa não negligenciar:

- DPA: 42,98% dos que responderam conhecer, considera que a DPA perturba ou põe em causa a realização das autarquias;
- Lei das ONG: 64,53% dos que responderam conhecer, considera que a intenção da lei é a de ‘controlar, vigiar e asfixiar a sociedade civil’
- Manifestação de 17 de Junho: dos que responderam conhecer, 59,74% faz uma avaliação bastante crítica da actuação da PN.

Os quadros seguintes resumem, igualmente, os principais focos de criticismo dos respondentes em várias dimensões:

	Frases mais votadas	%
Dimensão social	A situação social do país é muito grave e instável, dado o nível de pobreza, desemprego e exclusão	63,14%
Dimensão económica	As medidas e acções do governo servem mais as elites do que o povo	62,06%
Dimensão individual	O país não mudará sem a minha participação	41,47%

Sentimento em relação ao País	%
Com esperança no futuro	39,51%
Com esperança no futuro havendo mais engajamento	32,94%
Sem esperança, porque nada muda	20,59%

Daqui resultam posicionamentos face à participação cidadã no futuro:

Participação cidadã no futuro	%
Vou começar	24,71%
Vai ser mais elevada	37,25%
Vai ser igual	32,45%
Vai ser mais reduzida ou vai acabar	5,39%

Para autores como Kay Scholozman, Sidney Verba e Henry Brady¹², entre outros, a participação em actividades voluntárias importa por três razões: pelo desenvolvimento das capacidades do indivíduo, pela criação de comunidade e pelo cultivo de virtudes democráticas e protecção igualitária de interesses na vida pública. A primeira razão invoca o engajamento cívico, numa perspectiva salientada por John Stuart Mill, de que a ação voluntária é educativa, aqueles que participam tornam-se melhores seres humanos, mais independentes, eficazes e competentes, aumentam a sua capacidade de pensamento e são mais capazes de defender os seus próprios interesses e os da comunidade. A criação de comunidade e o cultivo de virtudes democráticas têm efeitos importantes no engajamento cívico, não apenas do ponto de vista do indivíduo, mas também pelas consequências para a comunidade e a democracia: reforço da confiança social, das normas de reciprocidade e de cooperação e a abertura de perspectivas. Ou seja, quando há um forte envolvimento voluntário e sentimento de associação, torna-se mais fácil o engajamento de comunidades e nações em actividades articuladas para a produção do bem público.

¹² SCHLOZMAN, K., VERBA, S., BRADY, H. in SKOCPOL, T. & FIORINA, M. (1999), "Civic Engagement in American Democracy", Cap. 12.

A terceira razão dá ênfase ao conflito de interesses entre indivíduos e grupos e a protecção igualitária de interesses. Através da participação política, os cidadãos dão a conhecer as suas preferências e necessidades ao governo e geram pressão nos políticos para que prestem atenção às suas demandas; contudo, os cidadãos diferem não só em capacidade como em vontade de participar da vida política. A manifestação mais óbvia do elo entre participação voluntária e protecção igualitária de interesses reside no princípio democrático ‘uma pessoa, um voto’; noutras formas de participação, como escrever cartas para políticos, participar de protestos ou fazer contribuições, não se mantém este princípio de igualdade.

As questões levantadas nesta ênfase pela protecção igualitária de interesses são diferentes das relacionadas com o desenvolvimento do indivíduo ou com a criação de comunidade e democracia, porque a actividade voluntária cooperativa, que desenvolve faculdades individuais e promove comunidade e democracia, precisa ser explicitada politicamente. Em contraste, quando a protecção igualitária de interesses está em jogo, a actividade voluntária que conta é necessariamente política, ou seja, não importa apenas o ‘quanto’ da actividade cívica, mas também a sua distribuição, não somente quantas pessoas participam, mas também quem são elas.

Em 2015, o Relatório Mundial da Juventude, publicado pela ONU e dedicado à temática do engajamento cívico, referia já que o corte que muitos Estados realizaram ao nível de serviços e prestações sociais, frequentemente sem transparência ou prestação de contas, conduziu a uma crise de legitimidade dos poderes instituídos, especialmente aos olhos da juventude ao nível do globo. Por seu turno, essa crise de legitimidade tem sido maioritariamente expressa pela juventude através de canais ou espaços não institucionais, os quais não inspiram confiança¹³. Desse modo, a utilização das redes sociais e a ocupação das ruas por via de protestos e demonstrações, liderados frequentemente por jovens, vai-se tornando não só mais recorrente, como também uma das maneiras de se reivindicar uma governação mais aberta e democrática¹⁴.

Neste contexto, a questão do engajamento cívico da juventude torna-se premente. Na verdade, «Youth engagement may be considered an end in itself, but it is also a means to achieve other objectives and benefits in society. Its potential to contribute to the personal development of young people, to improve their welfare, and to address injustice in society also provides an impetus for promoting civic engagement as a component of youth work and youth action. Interest in youth civic engagement is also linked to increased public awareness of the right of children and young people to have their voices heard. (...) It calls on societies that have traditionally viewed youth as “adults in waiting” to be open to the engagement of young people as active contributors to social change» (ONU, 2015: 15).

¹³ Duas observações são aqui importantes. Primeiro, «...the exclusion of young people from formal political processes threatens the legitimacy of political systems and structures, as a huge cohort remains unrepresented or underrepresented—which in many cases leads young people to find alternative means of political engagement. (...) One avenue of political expression has been protests and demonstrations, through which young people have found a vehicle to voice their dissatisfaction with and grievances against the political establishment. While protest and demonstration are not new phenomena, through the advance of newer ICTs and social media more young people are becoming mobilised to actively engage» (ONU, 2015: 64). Segundo, «The Broadband Commission for Digital Development notes that while 3.2 billion people (43% of the global population) were connected in 2015, Internet is only accessible to 35%.

of people in developing countries. Moreover, 90% of people in the Least Developed Countries (LDCs) do not have access to any kind of Internet connectivity. Ensuring the active inclusion and involvement of “unconnected” youth as the “connected” world forges ahead remains an important challenge. (ONU, 2015: 67). Também em termos de inclusão digital, o Mapa-múndi da economia das plataformas digitais mostra que Angola se situa nos amplos ‘vazios geográficos da economia digital’.

¹⁴ 2015 Youth and Civic Engagement. NY: UN – Department of Economic and Social Affairs - file:///C:/Users/Utilizador/Documents/Documents/LAB/MUDEI/Parceria%20Handeka%20Julho%202023/World%20Youth%20Report%202015.pdf

A mesma fonte identifica 5 formas de discurso que informam o engajamento cívico dos jovens. Considere-se a tabela seguinte:

Discursos que informam o engajamento cívico da juventude			
Discurso	Reivindicação-chave	Preocupação/objectivo	Resultado
Cidadania engajada	Participação	Reconhecimento, ter/dar voz, Direitos Humanos	Participar em decisões; exercer influência
Desenvolvimento positivo dos jovens	Adulterez idealizada	Adaptação comportamental, cognitiva e moral	Socialmente adaptado e aceite; menos riscos
Pertença	Cultivo de uma inclusão social afectiva	Reforçar laços com os outros, capital social, inclusão	Maior sentido de co-pertença e melhores formas de interacção
Cuidado	Apoio social forte e resiliente	Reforça resiliência contra a adversidade; factor de protecção	Redes de apoio efectivas
Justiça	Compreender e lidar com a injustiça	Reconhecer as causas da desigualdade estrutural	Justiça social

Fonte: ONU, 2015, World Youth Report: Youth and Civic Engagement: 17. Adaptado

Embora estes discursos-tipo não sejam categorias herméticas, foque-se especificamente o caso das relações entre o discurso da Cidadania Engajada e aquele que se centra na ideia de Justiça Social. Estes serão, à partida, os discursos mais mobilizadores para a construção pró-activa de uma cultura democrática que faça frente ao enraizamento histórico da cultura do medo em Angola.

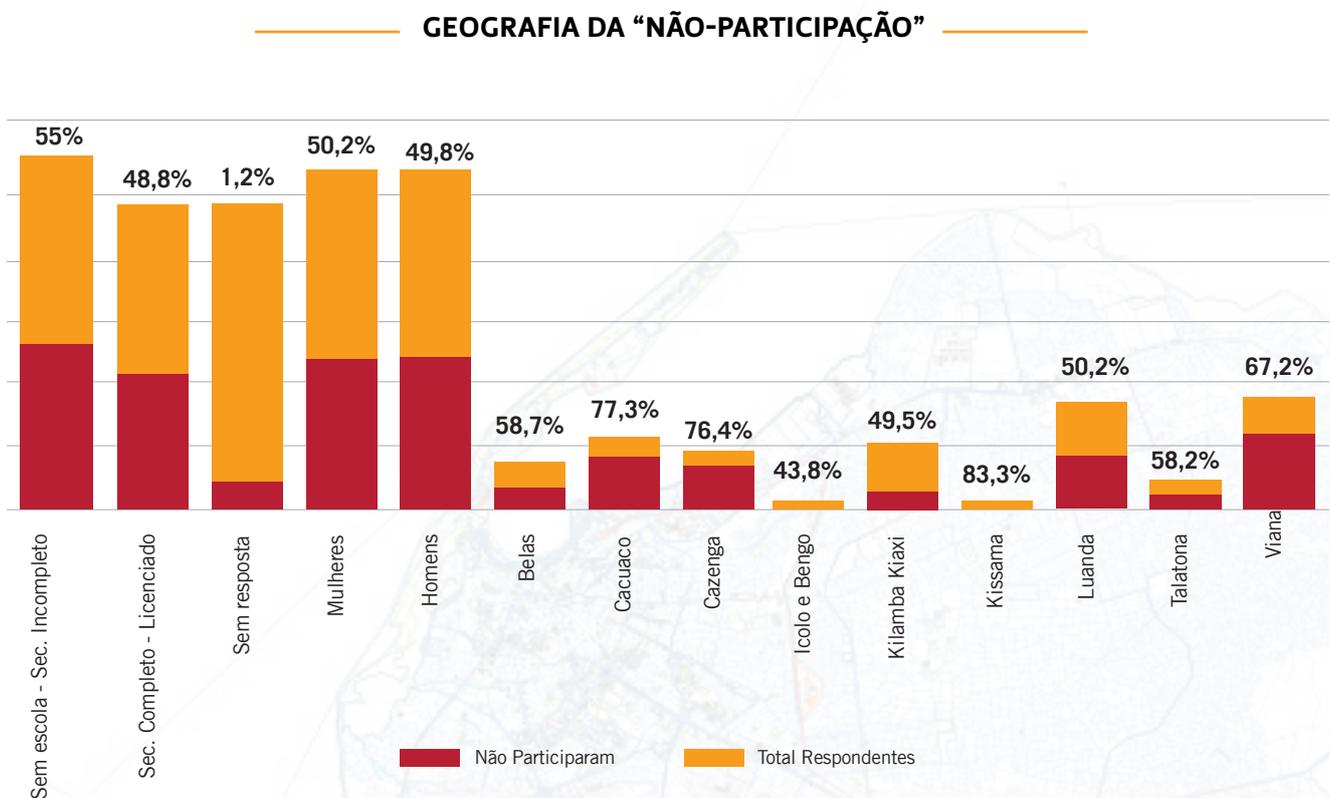
O discurso que se baseia na ideia de Justiça Social tem a particularidade de reivindicar o reconhecimento explícito das dificuldades socioeconómicas que os jovens enfrentam. Como refere a ONU, este discurso «includes elements of youth development frameworks such as emotional and social support as well as positive adult relationships, yet it also encompasses a sociopolitical element linked to a critical understanding of the root causes of social and community problems. The social justice approach derives from the proposition that youth can be active agents of social and political change in their own environment once they are equipped with the sociopolitical competencies necessary to articulate social and community problems and propose solutions» (2015: 21).

De facto, a possibilidade de alimentar um discurso sobre justiça social, associado a uma cidadania engajada, requer que o reforço e o aumento de «increase social awareness through the acquisition of knowledge about social issues; and strengthen skills that promote inquiry, analysis and problem solving. More succinctly, this approach can be used not only to identify problems, but also to activate mechanisms through which adversities can be addressed in real and tangible ways» (ONU, 2015: 21).

A aliança entre estes dois discursos necessita, assim, por um lado, de pensamento crítico e independente – o que em Angola existe na forma de escassez, e, por outro lado, permite a emergência da consciência sobre a necessidade de transformação social. Ou seja, o pensamento crítico é o primeiro elemento que, apoiado pela participação activa, permite o desenvolvimento de uma visão em prol da transformação social, especialmente no que concerne aos abissais graus de desigualdade social vigentes.

A polarização dos dados mostra este jogo de luz e sombras entre participação e não participação. Ela permite também identificar duas geografias: a da esperança, associada à participação, e a do medo. O gráfico seguinte dá conta destas geografias:

Dos respondentes que se inscrevem na ‘geografia do medo’ e da não participação, 55% não tem escolaridade ou têm até o ensino secundário, mas incompleto; 43,8% tem o ensino secundário completo ou é licenciado, 50,2% são mulheres e 49,8% são homens.



O indicador da não participação é elevado em todos os municípios. Dando apenas conta dos municípios urbanos mais populosos, constata-se que o indicador ascende a 77,3% em Cacuaco, 76,4% no Cazenga e 67,2% em Viana.

Onde prevalece a cultura do medo, alimentada pelo autoritarismo, a dificuldade em desenvolver a participação é naturalmente maior. E um dos factores para tal é que a cultura do medo impele à obediência, ao silêncio, à passividade e à resignação. E este processo é, simultaneamente, humanizante e político. Em Angola, terá um longo percurso pela frente.



CONCLUSÕES
E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A juventude como em qualquer contexto global actual e passado manifesta o desejo constante por inovação, criatividade e superação, sobretudo, em circunstâncias adversas, em que a violação de direitos e privação de liberdades são constantes. Acolher esse desejo significa potenciar o talento da juventude e criar espaços de pleno exercício da cidadania, onde a democracia é consolidada pela participação real de todas e todos.

Nesta perspectiva, o Estudo sobre Juventude e Participação em Luanda, permite concluir que:

1. Os jovens desejam participar activamente

94,4% dos jovens esperam ter uma participação cidadã mais activa, que reconhecem ser importante para a democracia (88,4%). Esta expectativa dos jovens demonstra que têm noção do seu papel em democracia e vêem a participação como meio para defender o bem-comum e o interesse público (73,9%). Os jovens estão conscientes que a mudança depende da sua acção (52,8%) e que as acções colectivas são mais eficazes (62,6%), mas o desejo de participar da juventude só encontra espaço na igreja, 62,3% está vinculada a grupos de igreja.

2. A não-participação dos jovens é influenciada pela actuação governativa

Muito embora, reconheçam (63,1%) que a situação social é grave e instável, mais de metade dos inquiridos (53,4%) não participa em nenhuma acção cívica, grupo ou similar. Quando questionados sobre o ambiente de participação em Angola, 69% dos jovens afirma que o governo não respeita os direitos e liberdades fundamentais, não é transparente (58,8%), as instituições públicas e o executivo têm fraca qualidade democrática (55%) e mais de metade dos jovens consideram que o governo não é ou é pouco democrático.

Recomendações:

Às Organizações da Sociedade Civil, Famílias e outras de Interesse

1. As Organizações da Sociedade Civil devem mobilizar e reforçar a criação de espaços para que os jovens possam debater, discutir ideias/propostas e elaborar acções de cidadania para influenciar políticas públicas e gerar mudanças.
2. As Igrejas enquanto instituições, devem defender e incentivar a participação cívica e pública dos jovens e incluir nos seus programas de trabalho com jovens rapazes e raparigas, temáticas e propostas inclusivas de participação cívica.
3. As famílias devem incentivar a participação dos jovens nas decisões familiares, de modo a criar uma cultura de participação. As meninas e mulheres devem ser instruídas a participar na vida pública, alargar a sua participação à esfera digital e estimuladas a estar presentes em espaços públicos e de cidadania.

Ao Governo Angolano e Instituições Públicas de Interesse

- 1)** O Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos devem trabalhar para incluir a disciplina de Cidadania e Direitos Humanos no currículo escolar para formar cidadãos e cidadãs activos. Criar programas de educação que incluam acesso às bibliotecas, grupos de reflexão e debate para que se produzam cidadãos pensantes. Programas que valorizem e estimulem a produção académica de qualidade.

- 2)** O Tribunal Constitucional deve fiscalizar as acções governativas e das instituições públicas e evitar a violação das Liberdades e Direitos Fundamentais, a descredibilização dos mecanismos democráticos que têm impacto directo na participação cívica, sobretudo a Liberdade de expressão e opinião, Direito de reunião e manifestação, Liberdade de Imprensa.

- 3)** O Ministério da Juventude e Desportos deve criar espaços amplos e inclusivos de participação e de exercício da cidadania de jovens. Despartidarizar o Conselho Nacional da Juventude para que represente e responda a todos os jovens. O Ministério deve criar políticas públicas que resolvam os problemas e satisfaçam as necessidades dos jovens.

REFERÊNCIAS

2015 Youth and Civic Engagement. NY: UN – Department of Economic and Social Affairs file:///C:/Users/Utilizador/Documents/Documents/LAB/MUDEI/Parceria%20Handeka%20Julho%202023/World%20Youth%20Report%202015.pdf.

Afrobarómetro. (2022). Comunicado de Imprensa. Os Angolanos experimentam agravamento da pobreza extrema, revelam os dados do inquérito do Afrobarómetro. Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/05/>.

Banco Mundial. (2023). Relatório sobre Emprego Juvenil em Angola: Oportunidades, Desafios e Orientação de Políticas Públicas. Apresentado em 15 de fevereiro. Luanda: Banco Mundial.

EIU - Economist Intelligence Unit. (2022). Democracy Index. Frontline democracy and the battle for Ukraine.

Freedom House. (2022). Freedom in the world 2022. The global expansion of authoritarian rule.

Global Hunger Index (2022). Food systems transformation and local governance. Concern Worldwide & Welhugerhilife.

INE - Instituto Nacional de Estatística. (2016). Projeções populacionais 2014-2050. Luanda: INE.

(2016). Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde (IIMS) 2015-2016. Luanda : INE.

(2019). Pobreza Multidimensional nos Municípios de Angola. Luanda: INE.

(2020). Índice de pobreza multidimensional de Angola. Luanda: INE.

(2022). Inquérito sobre o Emprego em Angola (IEA), IV Trimestre de 2022. Luanda: INE.

LAB - Laboratório de Ciências Sociais e Humanidades - UCAN. (2020). Corrigindo o que está mal e melhorando o que está bem? Uma perspectiva cidadã sobre a governação em Angola (volumes I & II), open access. Luanda.

Nagacovie, M., Amundensen, I., Gomes, C., & Abreu, C. (2023). Subverting the Constitution and Curtailing Civil Society. Angola's New Law on NGOs. Bergen: Chr. Michelsen Institute: 2. Available at: <https://www.cmi.no/publications/8939-subverting>.

ONU. (2015). Relatório Mundial da Juventude. ONU.

Schlozman, K., Verba, S., & Brady, H. (1999). Civic participation and the equality problem. Em T.

Skocpol, & M. Fiorina, Civic Engagement in American Democracy (pp. 427-459). Washinton DC: Brookings institution press.

Transparência Internacional. (2022). Índice de Corrupção 2022.

UNDP. (2022). Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022. Tempos incertos, vidas instáveis num mundo em transformação.



